

**EDSON DE SOUZA LEITE**

**IMPACTOS SÓCIO-ESPACIAIS DA AGROINDÚSTRIA DE  
CELULOSE NO MUNICÍPIO DE BELO ORIENTE - MINAS  
GERAIS**

**VIÇOSA – MG  
DEZEMBRO DE 2008**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE ARTES E HUMANIDADES  
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

**Impactos sócio-espaciais da Agroindústria de Celulose no Município de  
Belo Oriente-Minas Gerais**

Monografia apresentada ao curso de Geografia do Departamento de Artes e Humanidades da Universidade Federal de Viçosa para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

**Edson de Souza Leite**

Orientador: Prof. Rafael de Ávila Rodrigues

**VIÇOSA – MG  
DEZEMBRO DE 2008**

**Monografia defendida e aprovada em,      de      de 2008, perante banca  
examinadora composta por:**

---

**Prof. Rafael de Ávila Rodrigues do Departamento de Artes e Humanidades, curso  
de Geografia.  
Orientador**

---

**Prof. André Luiz Lopes de Faria do Departamento de Artes e Humanidades, curso  
de Geografia.  
Examinador**

---

**Prof. Leandro Dias Cardoso Carvalho do Departamento de Artes e Humanidades,  
curso de Geografia.  
Examinador**

*“Nossas dádivas são traidoras e nos fazem  
perder o bem que poderíamos conquistar  
se não fosse o medo de tentar”.*

*Willian shakespeare*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores que, desde a infância, me ensinaram muito como pessoa e profissional. À minha família e amigos, que sempre apoiaram e torceram por mim. Enfim, a todos que de alguma forma estiveram comigo nessa caminhada.

Agradeço em especial;

Ao Professor Rafael de Ávila Rodrigues, por seus conselhos, ensinamentos e amizade.

Ao professor André, por seus ensinamentos, e principalmente, por sua amizade sincera. Muito mais que um amigo, ele foi um aliado na difícil e traiçoeira rotina da vida acadêmica.

À minha companheira “Tati”, pela fundamental presença nos momentos mais difíceis que tive de enfrentar.

Ao meu Tio João, por me fornecer a base material necessária a esta realização.

Ao meu grande incentivador, Raimundo Nonato Cardoso, pessoa que, antes de mim mesmo, confiou em meu potencial.

Aos meus grandes amigos e colaboradores Marco Antônio Rosado e Adriana Cristina Gregório, pelo fundamental apoio e incentivo.

À minha mãe, que mesmo à distância, me incentiva, me apóia e me deixa feliz ao demonstrar que se orgulha de mim.

Ao meu Tio José (in memorian), ao meu Tio Fernando (in memorian) e à minha Avó, Dona Rita (in memorian), a qual me falta palavras para definir o amor, a dedicação e os cuidados que teve para comigo ao me criar como um filho.

## SUMÁRIO

<b>Lista de Fotos</b>	<b>viii</b>
<b>Lista de mapas</b>	<b>viii</b>
<b>Lista de Gráficos</b>	<b>viii</b>
<b>Lista de Tabelas</b>	<b>x</b>
<b>Resumo</b>	<b>xi</b>
<b>Abstract</b>	<b>xii</b>
<b>I – INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 – Objetivos .....</b>	<b>14</b>
<b>2 – REVISÃO DE LITERATURA: .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 – Introdução do eucalipto no Brasil. ....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 - Histórico da ocupação do Vale do Aço.....</b>	<b>17</b>
<b>2.3 - A lógica empresarial e a produção de espaços.....</b>	<b>20</b>
<b>3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>23</b>
<b>3.1 - Histórico da criação da empresa de Celulose.....</b>	<b>23</b>
<b>3.2 - Caracterização da área de estudos .....</b>	<b>26</b>
<b>3.3 - Caracterização do ambiente físico.....</b>	<b>28</b>
<b>3.4 - Caracterização do ambiente sócio demográfico e econômico do     município.....</b>	<b>30</b>

<b>4 – METODOLOGIA.....</b>	<b>35</b>
<b>5 - RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>38</b>
<b>5.1 - Impactos e mudanças provenientes da instalação da empresa.....</b>	<b>38</b>
<b>5.1.1 - Estrutura fundiária.....</b>	<b>38</b>
<b>5.1.2 – Na Condição do produtor em relação à posse da terra.....</b>	<b>44</b>
<b>5.2 - Produtores, Empresa e Poder Público; o ponto de vista de cada agente.....</b>	<b>47</b>
<b>5.2.1 - O poder público e os Produtores vistos pela Empresa.....</b>	<b>48</b>
<b>5.2.2 - Os produtores e a Empresa vistos pelo Poder público.....</b>	<b>57</b>
<b>5.2.3 - A empresa e o Poder público vistos pelos Produtores Rurais.....</b>	<b>62</b>
<b>5.2.4 - Empresa, Poder Público e Sindicato Rural; Considerações a cerca dos pontos conflitantes.....</b>	<b>65</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>72</b>

## Lista de Figuras

<b>FIGURA 1: Foto: Unidade industrial da CENIBRA localizada no município de Belo Oriente – MG.....</b>	<b>25</b>
<b>FIGURA 2: Mapa: Localização do município de Belo Oriente, em Minas Gerais.....</b>	<b>27</b>
<b>FIGURA 3: Gráfico: Classes de solos de Belo Oriente e região.....</b>	<b>29</b>
<b>FIGURA 4: Gráfico: Evolução populacional do município de Belo oriente – MG.....</b>	<b>32</b>
<b>FIGURA 5: Gráfico: Pirâmide etária pertencentes ao Município de Belo Oriente - MG.....</b>	<b>33</b>
<b>FIGURA 6: Gráfico: Representatividade dos setores econômicos em Belo Oriente - MG.....</b>	<b>34</b>
<b>FIGURA 7: Gráfico: Situação fundiária do município de Belo Oriente – MG, 1970.....</b>	<b>39</b>
<b>FIGURA 8: Gráfico: Situação fundiária do município de Belo Oriente – MG, 1995/1996.....</b>	<b>39</b>
<b>FIGURA 9: Gráfico: Histórico da ocupação de terras no município de Belo Oriente MG: Ano de 1970.....</b>	<b>42</b>
<b>FIGURA 10: Gráfico: Histórico da ocupação de terras no município de Belo Oriente MG: Ano de 1995/1996.....</b>	<b>43</b>
<b>FIGURA 11: Gráfico: Número de Estabelecimentos 1970.....</b>	<b>45</b>
<b>FIGURA 12: Gráfico: Área dos estabelecimentos em Hectares – 1970.....</b>	<b>46</b>

**FIGURA 13: Gráfico: Número de Estabelecimentos - 1995/1996..... 46**

**FIGURA 14: Gráfico: Área dos estabelecimentos em Hectares - 1995/1996..... 47**

## Lista de tabelas

**Tabela 1: Distribuição da população do município de Belo Oriente, por período e Zona (Rural e urbana) 1970 – 2000 ..... 31**

**Tabela 2: Área total e número de estabelecimentos do município de Belo Oriente - MG (1970 - 1995 - 1996)..... 38**

**Tabela 3: Histórico da ocupação de terras no município de Belo Oriente/MG..... 41**

**Tabela 4: Condição da posse da terra dos produtores rurais de Belo Oriente – MG. .... 44**

## **Impactos da Agroindústria de Celulose no Município de Belo Oriente- Minas Gerais**

### **RESUMO:**

O presente tem como objetivo investigar os impactos provocados pela implantação de um grande empreendimento de base florestal no município de Belo Oriente, em Minas Gerais. Neste sentido, procurou-se diagnosticar, a partir do final da década de 70 do século XX, as mudanças e alterações em determinados espaços, bem como, as que influenciaram diretamente na condição de vida da população local. Outro aspecto que demandou atenção de nossa parte, refere-se, na conjuntura atual, ao comportamento do Poder público frente às mudanças desafiadoras que tendem a causar significativas alterações na estrutura socioeconômica, sociocultural e territorial da região “afetada”. Esta “afetação” tem ocorrido na medida em que estas empresas, por possuírem uma grande capacidade em se apropriarem como melhor lhes convém de determinado território, produzem o que se poderia denominar de espaço do capital, muitas vezes tornando impraticável o desenvolvimento habitual de atividades tradicionais. Questões como a estrutura fundiária, a condição de posse da terra, fluxos migratórios e a re-estruturação econômica, além da análise da postura do Poder público frente às demandas sociais e políticas do município de Belo Oriente – MG foram trabalhadas a partir de diagnósticos realizados em bibliografias e trabalho de campo, este, contou com a aplicação de uma entrevista direcionada aos representantes da CENIBRA, do Poder público e dos Trabalhadores Rurais.

Contudo, qualquer atividade que venha a se instalar em determinado local tende a alterar em maior ou menor grau, a dinâmica habitual deste local, cabendo ao Poder Público a atuação de forma efetiva com vistas à mitigação dos efeitos negativos que desregulam o fluxo natural das relações sócio-espaciais. Não estamos aqui, vedando a implantação de qualquer empreendimento em local algum, muito menos defendendo uma condição de vida incompatível com os avanços sociais e tecnológicos alcançados pela sociedade brasileira. Ao contrário, vemos na implantação responsável destes empreendimentos um caminho possível ao melhoramento progressivo das condições de vida da população local.

Palavras-Chaves: Belo Oriente, Impactos Sócio-espaciais, Agroindústria, Celulose.

## **Impacts of the Cellulose Agro-industry in the City of Belo Oriente, Minas Gerais, Brazil.**

### **ABSTRACT**

This work aims to investigate the impacts caused by the deployment of a large forest-based enterprise in the city of Belo Oriente, Minas Gerais, Brazil. In this sense, it was tried to diagnose, from the end of the '70s of the twentieth century, changes and amendments in certain areas, and those that directly affect the condition of life of local people. Another issue that demanded our attention concerns, in the current juncture, the behavior of Public Power forward to challenging changes that tend to cause significant changes in socioeconomic, socio-cultural and territorial region "affected". This "frill" has occurred to the extent that these companies, because of a large capacity to take ownership as best suits them a certain territory, producing what could be called the space of the capital, often making impracticable the normal development of traditional activities. Issues such as land structure, the condition of land tenure, migration and economic re-structuring, in addition to examining the posture of Power front of public policies and social demands of the city of Belo Oriente - MG were worked from diagnoses made in bibliographies and fieldwork. It had the implementation of an interview directed to representatives of CENIBRA of Public Power and rural workers.

However, any activity that will be installed in a specific location tends to change to a greater or lesser degree, the normal dynamics of this place, being an obligation of the government to act effectively in order to mitigate the negative effects that deregulate the natural flow of relationships socio-spatial. We are not here denying the deployment of any business in any place, much less defending a condition of life incompatible with the social and technological advances made by Brazilian society. Instead, we see the deployment of these ventures a possible way to the progressive improvement of living conditions of local people.

**Key words:** Belo Oriente, socio-spatial impacts, Agro-industry, cellulose

## 1 - INTRODUÇÃO

O presente estudo realizou um diagnóstico da conjuntura sócio-espacial do Município de Belo Oriente, localizado no estado de Minas Gerais, a partir da instalação de uma Empresa responsável por um grande projeto Florestal, a Celulose Nipo-Brasileira – CENIBRA, que no passado, pertencia à Companhia Vale do Rio Doce – CVRD.

A CENIBRA é uma firma produtora de celulose branqueada de eucalipto, uma espécie de pasta que é matéria-prima básica da produção de diversos tipos de papéis, além de outros tipos de produtos (inclusive na indústria têxtil). Além da unidade industrial produtora da celulose, que está instalada no município de Belo Oriente, a CENIBRA possui ainda uma empresa dedicada ao plantio de eucalipto, a CENIBRA FLORESTAL.

Consubstanciado na dinâmica da instalação e expansão desta empresa, muitas mudanças se processaram ao longo de pouco mais de três décadas, fazendo deste município, um valioso objeto de estudos, tanto para pesquisas relacionadas a produção, melhoramento e desenvolvimento de recursos aplicados à agroindústria de celulose, quanto para as pesquisas que se atêm à investigação das mudanças e alterações provocadas por estes empreendimentos, que de certa forma, se apropriam, quase sempre legitimados pela ação estatal, do espaço geográfico, alterando-o e redefinindo toda uma cadeia de relações sócio-espaciais.

A questão dos impactos dos grandes projetos agroindustriais tem sido motivo de inúmeros debates e análises. Estes, buscam o enriquecimento das discussões referentes à temática proposta, e num viés mais específico, buscam contribuir para a discussão de como as mudanças espaciais interferem na dinâmica local, bem como, o papel dos agentes envolvidos nos processos de formação, estruturação e reestruturação do espaço geográfico.

Neste sentido, o presente estudo se propõe a contribuir com a reunião de dados, informações, questionamentos e apontamentos que possam, por ventura, subsidiar e influenciar positivamente a tomada de decisões, tanto da empresa (dada a sua capacidade de atuação naquele espaço e ao interesse de buscar um relacionamento harmônico com a comunidade local, até por uma exigência de mercado), quanto do poder público, que se propõe a representar politicamente a população, e deve, acima de tudo, defender os interesses coletivos e zelar pela gradativa melhoria das condições de

vida das camadas da população que ainda não conseguiram alcançar um nível satisfatório de desenvolvimento humano no município de Belo Oriente.

Para atingir estes objetivos, é necessário entender a relação da ocupação do território por estas grandes empresas e sua capacidade de criar e reestruturar espaços.

A importância de se levantar esta problemática consiste, ainda, em comprovar que a priorização das necessidades das empresas capitalistas em relação aos interesses coletivos, tende a agravar ainda mais a exclusão que atinge parcela significativa da sociedade brasileira e pode, neste caso, gerar um quadro socioeconômico dramático.

Neste sentido, tem-se como objetivo geral analisar como a instalação da CENIBRA promoveu a reorganização espacial do município de Belo Oriente, investigando a ocorrência ou não de alterações na estrutura política, econômica e, sobretudo, na social. Procura-se desta forma, analisar as questões relativas à interferência destes grandes empreendimentos nas regiões onde se instalam seguindo a noção de que as mudanças ocorridas quando da instalação destes, seguirão uma lógica que irá beneficiar a acumulação de uns poucos em detrimento da exclusão de outros tantos.

## **1.1 - Objetivos**

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar a problemática da apropriação do território pelo capital na forma dos grandes empreendimentos, e no caso do município de Belo Oriente, suas interferências na dinâmica local.

Especificamente objetivou-se:

- Identificar e analisar a relação da empresa com o poder público local e com os produtores rurais.
- Diagnosticar as ações do governo federal para viabilizar infra-estrutura urbana possibilitando à CENIBRA sua realização e reprodução.
- Verificar se houveram modificações significativas no que se refere à estrutura fundiária do município a partir da instalação da empresa.
- Verificar alterações na dinâmica populacional do município de Belo Oriente a partir da implantação da CENIBRA, e se estes estão relacionados diretamente ou indiretamente com a instalação da empresa.
- Analisar a influência da empresa no desenvolvimento econômico do município.

- Constatar se há presença de conflitos entre os interesses locais e os interesses da CENIBRA.
- Identificar e analisar os fatores que levaram à instalação da CENIBRA no município de Belo Oriente.

## 2 – REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 – Introdução do eucalipto no Brasil

A introdução do eucalipto no Brasil, iniciou-se nos primeiros anos do século XX, e “popularizou-se” no estado de Minas Gerais graças, sobretudo, ao incentivo Governamental.

Segundo Martins (2006), o eucalipto é uma árvore nativa da Austrália e cobre 90% da área de vegetação do país, sendo lá conhecida seiscentas diferentes espécies deste gênero.

(MARTINS *apud* GUERRA, 1995), esclarece que “a monocultura de eucalipto vem sendo implantada, nas últimas décadas, em várias regiões do planeta, incluindo vários países da América do Sul, especialmente o Brasil”.

De acordo com Andrade (1928), “essa árvore para fins comerciais chegou ao Brasil por volta de 1905, pelas mãos de Edmundo Navarro de Andrade, que trabalhava na cidade de Rio Claro (SP), para a então companhia Paulista da estrada de Ferro que, na época, procurava alternativas para a produção de dormentes de madeira para seus trilhos”.

Martins (2006) ainda revela “que em 1961, a cidade de São Paulo sediou a Segunda Conferência Mundial do eucalipto, promovida pela FAO (Organização das Nações Unidas para a agricultura e Alimentação)”. De acordo com a autora, compareceram a essa Conferência centenas de especialistas de todas as partes do mundo. Estes, de forma categórica, frisaram as várias vantagens e qualidades do eucalipto. Ao olhar da autora, essa Conferência parece ter sido um grande marco na expansão do eucalipto no país, afinal, na década de 60, foram criados vários órgãos que, de forma imediata, começaram a trabalhar em programas de reflorestamento com eucalipto e pinus, e que rapidamente se expandiram.

Em 1974, o Banco do Brasil criou um programa chamado Fiset (Fundo de Investimento setorial-Florestamento) através do qual as empresas da região Sudeste poderiam deduzir 17,5% de seu imposto de renda em programas de reflorestamento. Na época, o governo alegava ser uma forma de incentivar as empresas a continuarem investindo em programas de desenvolvimento e com isso contribuir para o progresso do país, modernização rural, elevação dos níveis de renda da população local e redução nas taxas de emigração rural. (MARTINS, 2006, p.7)

Seguindo a cronologia da autora;

[...] em 1976, o Instituto Estadual de florestas (IEF), inicia em Minas Gerais um trabalho pioneiro e de grande importância econômica e social: os programas de reflorestamento específicos para os pequenos e médios produtores rurais, o primeiro deles na Zona da Mata Mineira. Com o apoio financeiro do Banco Mundial e do Governo Mineiro, esses programas foram implementados com bastante sucesso. A partir daí vários outros programas foram criados para incentivo ao plantio do eucalipto como FAZENDEIRO FLORESTAL, em meados da década de 80. (MARTINS, 2006, p.7)

Atualmente, pode-se dizer que o poder público, através das pessoas jurídicas de direito público que compõem a administração direta e indireta, continua ainda levando a frente as propostas de reflorestamento no Estado de Minas Gerais. Seja com o intuito de melhorar o nível de renda dos pequenos produtores de determinadas regiões do Estado, seja para atender os interesses de determinados grupos econômicos, como a indústria moveleira, por exemplo, não se pode ignorar a dimensão que esta atividade alcançou nos dias de hoje, bem como, não se pode analisar os impactos advindos desta atividade descontextualizando-os do panorama sócio-econômico e do panorama ambiental.

## **2.2 - Histórico da ocupação do Vale do Aço**

Para termos uma noção um pouco mais concreta a respeito do processo histórico da ocupação do município de Belo Oriente, pretendemos, antes de mais nada, traçar uma análise focada em uma escala, que não a local, mas a regional. Neste sentido, bucar-se-á elementos que permitam o entendimento acerca do histórico da ocupação do Vale do Aço, e desta forma, retratar um pouco da ocupação histórica do município de Belo Oriente.

De acordo com MARTINS (2006), o Vale do Aço foi ocupado originalmente pela formação vegetal denominada de Mata Atlântica, e esta;

[...] é uma unidade de vegetação heterogênea que ocorre desde o Nordeste do Brasil, Cabo de São Roque no paralelo correspondente a 5° S, no Estado do Rio Grande do Norte, até o rio Taquari, localizado a 30°S, no Estado do Rio Grande do Sul (JOLY et al 1999).

Ainda segundo a autora, esse bioma possui algumas particularidades no que se refere ao ambiente natural, o que lhe confere determinadas características.

[...] esse bioma caracteriza-se por apresentar uma formação vegetal pluvial montana e costeira, ocupando uma faixa ao longo da costa brasileira com amplas variações de latitude, altitude e condições

climáticas e edáficas. Em função dessas variações, destaca-se o grande número de espécies vegetais e animais, com distribuição restrita a uma determinada região. Assim, a Mata Atlântica apresenta-se como um dos ecossistemas mais ricos em espécies do planeta; sendo também o primeiro grande bioma a ser extensamente ocupado no Brasil e, desde os mais de 500 anos desde a colonização portuguesa, as alterações se mostram profundas e diversificadas (MARTINS *apud* FONSECA, 1985, p74).

Câmara (1991), ressalta a importância que a região da Mata Atlântica conquistou ao longo da história do Brasil, afinal, trata-se de uma região responsável pela maioria das atividades econômica do país e que concentra os maiores centros urbanos do País. Para este autor, não se pode desconsiderar que aproximadamente 60% da população brasileira se distribui nessa região. E é por toda esta importância que “*estima-se que menos de 10% de sua cobertura florestal permanece inalterada; sendo em grande parte representada por vegetações secundária.*” Como resultado inevitável deste processo;

Os desmatamentos ocorridos na bacia do rio Doce do Estado de Minas Gerais, especificamente no vale do Aço, foram impulsionados por várias políticas de incentivo às atividades econômicas e de ocupação da terra, sobrepostas no espaço e no tempo (BRITO 1993, p45).

Segundo Martins (2006); a ferrovia Vitória-Minas, implantada nos primeiros anos do século XX, foi uma das grandes responsáveis pelo aparecimento dos contornos da região que surgia em torno da bacia do Rio Doce. Por este viés, é preciso também destacar o importante papel da companhia Vale do Rio Doce (CVRD) no que se refere à delimitação desta região.

Com a implantação da ferrovia Vitória-Minas, no início do século XX, apareceram também os contornos da nova região que surgia em torno das bacias dos rios Doce e Piracicaba, principal afluente do rio Doce. Além disso, a exploração do território, com a descoberta das reservas de ferro em Itabira, explorada pela companhia Vale do Rio Doce (CVRD) contribuiu para a delimitação dessa região. Com o avanço da ferrovia, surgiram novos municípios e novas empresas exploradoras do minério, consolidando assim a característica industrial da nova região. (MARTINS; 2006, p.08);

Segundo a autora, a produção de carvão vegetal em escala comercial fora favorecida pela abundância de jazidas de minério de ferro e recursos florestais da Mata Atlântica, no Estado de Minas Gerais em meados do século XIX, mais precisamente, na região de Ouro Preto e Mariana.

[...] em 1940, o estado de Minas já respondia por 90% da produção de ferro gusa do país, posição consolidada nos anos 50, com a implantação do pólo siderúrgico do Vale do Aço. Na década de 70, Minas Gerais

tornou-se o maior pólo siderúrgico do mundo, com a exploração do carvão vegetal. (MARTINS; 2006, p.08);

Desde a introdução dos primeiros plantios florestais com eucalipto pela Cia. Belgo - Mineira na década de 1940, a escala dos latifúndios de “florestas” plantadas aumentou enormemente. Assim, em 1970, o Vale do Rio Doce possuía a principal área plantada com eucaliptos do estado de Minas Gerais, com um total de 70.996 ha, 51% do total plantado estadual (GONÇALVES, 1991)

Já na década de 60 do século XX, o apoio governamental termina por enquadrar de vez a região do Vale do Aço como uma área cuja prioridade se encontrava no reflorestamento.

Os incentivos fiscais, a partir de 1966, enquadraram a região como área prioritária para o reflorestamento, levando a uma grande intensificação das atividades de reflorestamento, seja por meio das grandes consumidoras que já haviam implantado o reflorestamento (CSBM, ACESITA e RURAL MINEIRA) como por outras empresas criadas para captação de recursos dos incentivos fiscais e implantação de novos projetos. (MARTINS; 2006, p.10);

As novas empresas a que a autora se refere, são:

[...] a Florestas Rio Doce S.A., subsidiária da CVRD, que iniciou as atividades na região, a partir de 1968. Alguns anos depois, a CVRD e a Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development Co Ltda investiram na construção de uma empresa de base florestal a Celulose Nipo Brasileira (CENIBRA) que foi instalada, em 1973 no município de Belo Oriente. (MARTINS; 2006, p.10);

Fruto de todo este processo de desenvolvimento, a autora é categórica ao afirmar que:

A formação do pólo siderúrgico levou à concentração da propriedade das terras na região e, com isso, à origem de imensas plantações de eucalipto, que resultaram no esvaziamento populacional das áreas rurais e no aumento da população nas áreas urbanas da região. (MARTINS; 2006, p.11);

Entre outros elementos, é com base neste tipo de argumentação que nos propomos a discutir e a compreender a relação da ocupação do território por estas grandes empresas e sua capacidade de criar e reestruturar espaços, além de investigar o grau de interferência na dinâmica local referente aos processos sociais, econômicos e políticos.

### **2.3 – A lógica empresarial e a produção de espaços**

A necessidade de acumulação de capital por parte das empresas capitalistas tem levado a uma apropriação do espaço cada vez mais efetiva. A problemática desta apropriação se dá na medida em que estas empresas têm exercido um poder cada vez maior sobre o território, possibilitado pelo projeto de modernização promovido, sobretudo, pelo Estado brasileiro que criou condições materiais e novas relações sociais que permitissem a operação das grandes empresas (SANTOS, 1993).

A partir da década de 1970, a industrialização brasileira passa a ter nova configuração, permitindo um novo padrão de ocupação territorial, cujo Estado brasileiro e os grandes projetos instalados neste período, como a Jarí Florestal e Agropecuária Ltda., em Monte Dourado no Pará, a Açominas em Ouro Branco e a Aracruz Celulose S.A., no município de Aracruz no Espírito Santo dentre outros, passam a influenciar diretamente no desenvolvimento de regiões que se encontravam à margem deste processo de industrialização.

Ainda na década de 1970, a industrialização brasileira inaugura um novo padrão de ocupação territorial. Destaca-se a influência dos grandes empreendimentos instalados desde então, no que se refere ao desenvolvimento de determinadas regiões que estavam na periferia da zona dinâmica do país.

A implantação destes grandes projetos industriais ocasiona uma série de transformações de ordem espacial, econômica e também social que altera em maior ou menor grau a dinâmica dos municípios onde são instalados, promovendo uma reorganização do espaço. Neste sentido, o Estado brasileiro tem sido um importante agente na reprodução do capital na medida em que age espacialmente de modo desigual dando o suporte necessário para sustentar e reproduzir a grande empresa em detrimento dos interesses sociais. Este quadro se configura a partir do momento em que o Estado prioriza investimentos em logística de transportes e comunicações (ambos necessários a reprodução do Capital), em detrimento dos investimentos que deveriam ser direcionados às áreas sociais, como saúde e educação.

De acordo com Piquet (1998) a implantação de grandes empreendimentos nestas regiões acarreta uma série de problemas sociais, como: desemprego, favelização, criminalidade e prostituição, além de exercerem um controle muito grande sobre os trabalhadores que residem na cidade. A autora destaca ainda a redução da esfera e da

capacidade de decisão/ação dos poderes locais diante da presença dessas grandes empresas.

Os principais empreendimentos [...] localizam-se de forma isolada e exigem mão-de-obra especializada capaz de operar os novos processos produtivos adotados, o que implicará na transferência e/ou contratação de pessoal externo à região e em toda uma série de investimento em infra-estrutura de comunicações e transporte. (PIQUET, 1998, p.32)

Santos (2004) destaca que a ocupação do território por parte das empresas desencadeia um processo de privatização do território, ou seja, o comando da vida por um número limitado de empresas. Para o autor, o poder público acaba ficando subordinado aos mandamentos destas empresas e a transformação do espaço fica relacionada às necessidades destas empresas. Segundo o autor, essas grandes empresas:

[...] influenciam fortemente o poder público, na União, nos Estados e nos municípios, indicando-lhes formas de ação subordinadas, não será exagero dizer que estamos diante de um verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas. (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p.291)

Santos (1993) expõe que o papel das corporações na produção do espaço para reprodução dos grandes capitais leva a uma reestruturação das cidades, sobretudo em suas funções, passando a exercer atividades de dimensão nacional. O poder que estas empresas possuem, permite às mesmas o controle do território. Neste sentido, as políticas públicas irão se realizar de maneira desigual, podendo ocorrer oposição e conflitos de interesses entre os agentes que atuam espacialmente no município, ou seja, entre os interesses dos grandes capitalistas e dos trabalhadores.

[...] o arranjo espacial das cidades muda, tanto pelo seu tamanho consideravelmente aumentando, como pela sua localização mais dispersa. Mudam, sobretudo, suas funções. As cidades são de um lado, os elos de uma cooperação e de uma regulação que se devem dar em escala nacional, a serviço das atividades com dimensão nacional, isto é as grandes empresas e o Estado. [...] De um ponto de vista político, as atividades centrais, isto é, programadas como condição de êxito para projeto nacional, são as que interessam ao próprio Estado e às corporações. (SANTOS, 1993, p.108)

Corrêa (2002) destaca a questão do capital associado às grandes corporações multinacionais, e expõe que este capital age sobre o território e tem a capacidade de criar seu próprio território. Segundo o autor, as corporações sustentam e reproduzem o capital de forma, cada vez mais, agressiva. Tal fato ocorre na medida em que há uma

capacidade muito grande destas empresas de se territorializar, se desterritorializar e re-territorializar dependendo do que for mais conveniente para a mesma.

A grande corporação dispõe de uma territorialidade complexa, que implica desterritorialidades e re-territorialidades, ambas partes integrantes da territorialidade. Esta, por sua vez, constitui-se em causa e conseqüência de seu poder que pode alcançar dimensão nacional. Certamente tem uma dimensão local, afetando os interesses dos pequenos lugares do amplo território da corporação. (CORRÊA, 2002, p.255-256)

Dias (2001) apresenta mudanças ocorridas no modo de vida das populações “atingidas” por grandes empreendimentos, como os agro florestais, por exemplo. Os problemas ocasionados e seus desdobramentos em favelização, marginalidade de parcela da população e o aumento da violência nestes locais, expõe as transformações que aconteceram a partir da interferência de grandes projetos da área florestal voltados para a produção de celulose na estrutura socioeconômica e sociocultural da região onde são instaladas. Todavia, em algumas situações específicas, como o caso do município de Belo Oriente, a implantação destes empreendimentos pode se dar, de certa forma, de maneira menos traumática e, em certos pontos, de maneira vantajosa ao município.

À medida que estes projetos voltados para o plantio do eucalipto e para a produção de celulose eram implantados na região, foi-se melhorando a infra-estrutura, notadamente aquela inter-relacionada com os projetos, como a ampliação e melhoria da malha viária, o reforço das linhas de transmissão de energia elétrica, investimento em saneamento básico, incluindo-se a ampliação dos sistemas abastecimento de água, melhorias do sistema de limpeza urbana [...], o que contribuiu, de uma certa forma, pra incentivar o turismo. (DIAS, 2001, p.323)

De acordo com Corrêa (2002) denomina-se organização espacial ou organização territorial o conjunto de formas duradouras criadas através do trabalho social, em que a sociedade concreta cria seu espaço geográfico para nele se realizar e reproduzir, visando a própria reprodução desta sociedade.

Desta forma, a organização espacial global consiste numa simultaneidade de ações dos vários agentes produtores do espaço. Essa organização pode ocorrer com a ação reguladora do Estado via planejamento territorial através da aliança de interesses das grandes corporações capitalistas capazes de organizar o espaço segundo seus interesses.

Ainda segundo Corrêa (2002), no capitalismo, a organização do espaço realiza-se sobre o comando dos diferentes proprietários dos diversos tipos de capital e também através da ação do Estado capitalista. O papel do Estado na organização do espaço é cada vez mais, crescente, uma vez que liga-se às necessidades de acumulação do grande capital. Neste sentido, as grandes corporações possuem o poder de induzir o Estado a instalar toda a infra-estrutura técnica para a sua reprodução, bem como, conjuntos habitacionais para seus trabalhadores.

No caso da agroindústria de celulose, a introdução de um novo produto agrícola pode alterar a concentração fundiária, acentuando-a quando já existente, mudar as relações de produção da força de trabalho e emigração do excedente demográfico dentre outros, além de acelerar o processo de exaustão do solo e alterar as funções das cidades do entorno, pela diminuição da população de sua área de influência e pelo novo modelo de demanda rural. “As grandes corporações criam, deste modo, não apenas uma organização espacial própria, como inserem-se em uma prévia, alterando-a parcial ou totalmente, de acordo com seus interesses.”(CORRÊA, 2002)

### **3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1 - Histórico da criação da empresa de Celulose**

A CENIBRA - Celulose Nipo-Brasileira S.A., está localizada no município de Belo Oriente, a 236 Km de Belo Horizonte na região do médio Rio Doce, foi fundada em 1973 passando a operar a partir de 1977, é uma empresa de base florestal e está entre as maiores produtoras mundiais de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto (CENIBRA, 2007).

A CENIBRA foi fundada pelas companhias Vale do Rio Doce (CVRD) e Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development Co. Ltd. (**JBP** – Japão, Brasil: Papel e Desenvolvimento de Recursos de Polpa). Em 2001, a CVRD se desfez de sua participação, e a JBP passou a deter o controle acionário total da empresa (CENIBRA, 2007).

A história de Belo Oriente está intimamente ligada à construção dos primeiros quartéis militares, criados para conter e expulsar indígenas. Tornou-se município em 1943 com a atual denominação. Além da atividade industrial, sendo a unidade da CENIBRA um importante fator de desenvolvimento local, atuando em reflorestamento e produção de papel e celulose, sua população ocupa-se economicamente, das atividades relacionadas ao comércio e prestação de serviços, (GONSALVES, 2000).

A empresa tem investido em terras e reflorestamento mantendo plantios florestais próprios, sua produção é quase totalmente exportada, principalmente para o Japão, Estados Unidos, países da Europa e da América Latina.



**Figura 1:** Visão panorâmica da Unidade industrial da CENIBRA localizada no município de Belo Oriente – MG.  
Fonte, [www.cenibra.com.br](http://www.cenibra.com.br)

Com atuação em 52 municípios mineiros, a CENIBRA entrou em operação em 1977, com a capacidade nominal de 225 toneladas por ano de celulose. No ano de 2004, sua produção aumentou para 940 mil toneladas por ano. A empresa utiliza os sistemas de gestão ISO 9001 desde o ano de 2000 e ISSO 14001 desde o ano de 1996.

No que se refere à aquisição de terras pela empresa, pode-se dizer a partir de dados cedidos pela mesma, que estas se deram de forma gradativa a partir do ano de 1975 até o ano de 2005, onde a empresa adquiriu 6.458 hectares de particulares na região de Guanhães, em Minas Gerais. De acordo com Martins (2006), no período de 1994 a 2001, todas as terras adquiridas foram usadas com plantio de eucalipto.

Desde a década de 40, a região onde se encontram os plantios de eucalipto da empresa é utilizada, para este tipo de cultivo, tendo se expandido a partir da década de 1960, sobretudo, devido aos incentivos fiscais implementados pelo governo. A partir destas mudanças, constatou-se que este grande empreendimento da área florestal voltado para a produção de celulose, causou modificações na estrutura socioeconômica, sociocultural e territorial da região onde se instalou, na medida em que, a empresa

possui a capacidade de se apropriar como melhor lhe convém do território, produzindo o que se pode denominar de espaço do capital.

A empresa está dividida em quatro regionais; Guanhães, Ipaba, Belo Oriente e Nova Era, todas no Estado de Minas Gerais.

Os 52 municípios de atuação da empresa estão situados na bacia do Rio doce e segundo Martins (2006) nas sub-bacias dos Rios Santo Antônio, Piracicaba, Suacuí Pequeno, Corrente Grande e Suacuí Grande. Toda a área de influência da empresa é cortada, de norte a sul, pela BR 381, que é utilizada para transporte de madeira para a fábrica de celulose em Belo Oriente. De acordo com informações fornecidas pela empresa, parte da madeira de áreas mais distantes é transportada pela ferrovia.

A demanda da unidade fabril é atendida utilizando-se madeiras oriundas de áreas da empresa, de fazendeiros e adquiridas no mercado. As áreas da empresa que estão certificadas correspondem atualmente a 247.672,83 hectares próprios e 3.863,04 arrendadas, totalizando 251.512,73 ha distribuídas no Vale do Rio Doce. O eucalipto cultivado em 124.512,73 ha (CENIBRA, 2005) é utilizado basicamente como matéria prima para a produção de celulose, sendo um percentual destinado a geração de energia na unidade fabril (MARTINS *apud* BRITO, 2006).

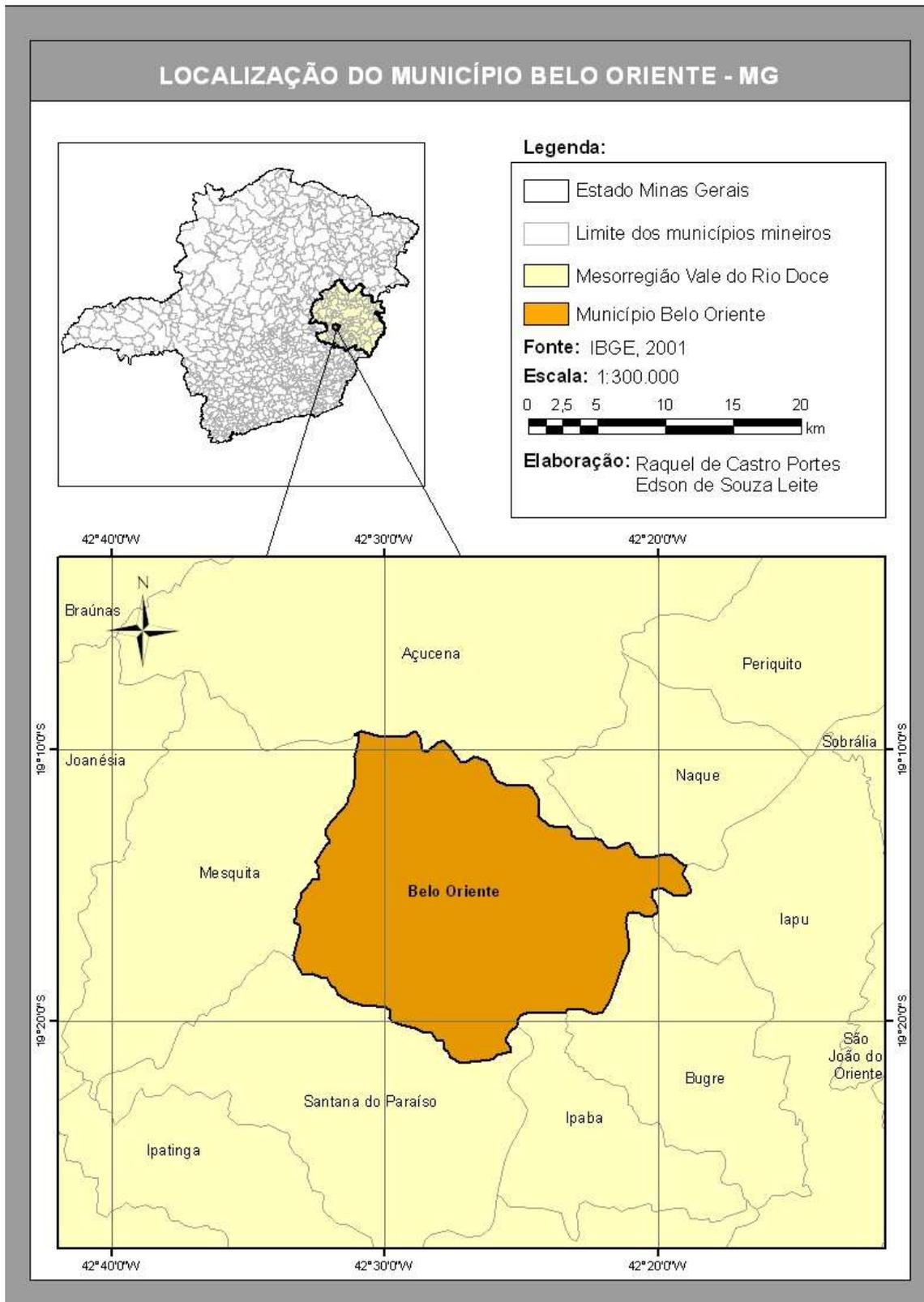
É relevante mencionarmos que a empresa mantém um programa de fomento florestal, iniciado em 1985, que se propõem a garantir o fornecimento de madeira e constitui, segundo Martins (2006), uma alternativa econômica, social e ambiental aos produtores rurais em mais de 68 municípios da região do Vale do Rio Doce, Vale do Jequitinhonha em expansão para a Zona da Mata Mineira.

Desse programa participam 730 propriedades rurais, com área média de 9,0 ha por contrato, favorecendo aos pequenos produtores rurais e, também, proporcionando assim a fixação do homem no campo. Os produtores recebem da empresa assistência técnica, mudas, insumos e recursos financeiros ao firmarem contrato com a empresa. (MARTINS, 2006, p.46)

A CENIBRA ainda mantém parcerias com outras entidades, entre elas o Instituto Estadual de Florestas (IEF). Esta parceria se baseia, sobretudo, no programa para o planejamento e licenciamento ambiental, apoiando na mobilização dos produtores interessados, efetuando o cadastramento e realizando a vistoria prévia da área a ser plantada, em conformidade com a legislação ambiental, além de produzir mudas de espécies nativas que são utilizadas na recomposição florestal das propriedades participantes do programa de fomento (CENIBRA, 2006).

### **3.2 - Caracterização da área de estudos**

O município de Belo Oriente, conforme demonstra a figura 2, localiza-se no interior de Minas Gerais, mais especificamente na mesorregião do vale do Rio Doce e microrregião de Ipatinga, distanciando-se da capital mineira em 260 quilômetros. Possui uma área de 336 km<sup>2</sup>. Segundo dados do IBGE (2007), atualmente, o município de Belo Oriente conta com uma população 21.369 habitantes. Estes valores implicam em uma densidade demográfica da ordem de 63,6 habitantes por km<sup>2</sup>.



**Figura 2:** Localização do Município de Belo Oriente – MG.

### 3.3 - Caracterização do ambiente físico

A caracterização do ambiente físico aqui proposta, não se restringe especificamente à cidade de Belo Oriente, isto é, à escala local. Estamos trabalhando com dados em escala regional.

#### Relevo e Solos

De acordo com o Plano de Manejo Florestal produzido no ano de 2006 e utilizado pelo corpo técnico da CENIBRA, a maioria das áreas da Empresa encontra-se em um domínio ambiental Conhecido como a região dos Mares de Morros e a altitude variam de 200 m a 1300 m.

No levantamento dos solos cultivados com eucalipto pela empresa, realizado em Belo Oriente e região, foram encontrados os seguintes tipos de solo:

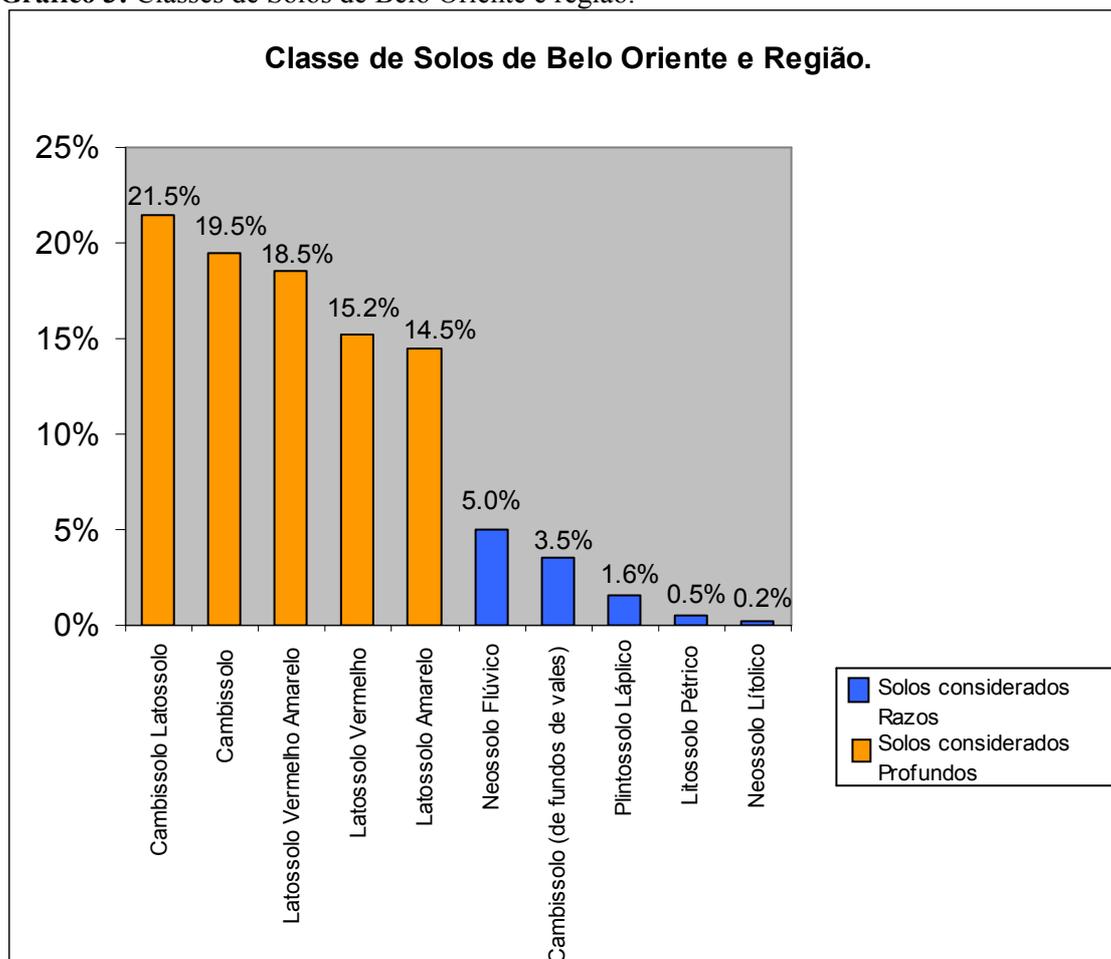
- Cambissolo Latossolo<sup>1</sup> – (21,5%)
- Cambissolo – (19,5%)
- Latossolo Vermelho Amarelo (18,5%)
- Latossolo Vermelho – (15,2%)
- Latossolo Amarelo – (14,5%)
- Neossolo Flúvico – (5,0%)
- Cambissolo (de fundos de vales) – (3,5%)
- Plintossolo Láplico – (1,6%)
- Litossolo Pétrico – (0,5%) e
- Neossolo Lítico (0,2%)

A seguir, apresenta-se a Figura 3 com o objetivo de facilitar a imediata compreensão visual da distribuição das principais classes de solos para o município de Belo Oriente e região.

---

<sup>1</sup> De acordo com a Sociedade Brasileira de Classificação de Solos (SBCS), a denominação atual desta classe de solo é de Cambissolo Latossólico.

**Gráfico 3:** Classes de Solos de Belo Oriente e região.



**Fonte:** Elaboração do autor<sup>2</sup>.

Conforme se pode observar no Gráfico 3, há uma predominância de solos considerados profundos em relação aos solos considerados razos. A princípio, esta é uma informação simplória, mas que dá uma clara noção do potencial em relação à exploração agrícola de culturas de radiculares profundas, como é o caso do eucalipto<sup>3</sup>.

De acordo com Martins (2006); A umidade da região é proveniente do Oceano Atlântico, e os dados de umidade relativa do ar observada na estação meteorológica da CENIBRA revelam valores mínimos em agosto e setembro e as máximas no mês de dezembro. De acordo com dados do INMET, Instituto Nacional de Meteorologia, a temperatura média anual é de 23,5°C, variando com máximas de 28,3°C e mínima de

<sup>2</sup> Este gráfico foi produzido pelo autor deste estudo, baseado em dados extraídos do Plano de Manejo Florestal da CENIBRA em 2006.

<sup>3</sup> Esta argumentação está respaldada considerando apenas o tipo de solo. Existem outros diversos fatores que devem ser considerados em relação ao plantio de culturas de radiculares profundas, entre eles, a declividade e a própria legislação vigente.

19,1°C. O índice pluviométrico anual registrado para a cidade de Belo Oriente se dá em torno de 1374 mm.

O município de Belo Oriente possui os seguintes limites e confrontações: Ao Norte com Açucena, a Sul, com Santana do Paraíso e Ipaba, a Leste, com Iapú, a Oeste, com Mesquita, a Sudeste com Bugre e a Nordeste, com Naque. (Figura 2)

O Município é banhado pelo Rio Doce, que nasce nas serras da Mantiqueira e do Espinhaço, em Minas Gerais. Suas águas percorrem 970 quilômetros até atingirem o Oceano Atlântico no distrito de Regência, município de Linhares, no Espírito Santo, onde deságua. Sua bacia drena 228 municípios dos dois estados, onde vive uma população de aproximadamente 3,5 milhões de habitantes. A bacia do RIO DOCE tem uma área de 83.400 quilômetros quadrados, dos quais 71.800 em Minas e 11.600 no Espírito Santo. É banhado também pelo Rio Santo Antônio, que nasce na Serra da Canastra e deságua no Rio Doce na cidade do Naque-MG. Possui diversas Lagoas que servem como pontos turísticos, destacando-se entre elas a Lagoa da Mariola (MARTINS, 2006).

### **3.4 – Caracterização do ambiente sócio demográfico e econômico do município**

A caracterização do ambiente sócio demográfico e econômico do município de Belo Oriente, passa obrigatoriamente pelo levantamento e análise de dados disponibilizados pelo IBGE, além de contarmos ainda com importantes suportes teóricos disponibilizados por outros autores através de seus trabalhos e relevantes informações aferidas em campo ou mesmo disponibilizadas pelo poder público local.

Começaremos analisando a Tabela 1, referente à distribuição da população do município de Belo Oriente, por período e Zona (Rural e urbana) entre os anos de 1970 a 2000.

**TABELA 1:** Distribuição da população do município de Belo Oriente, por período e Zona (Rural e urbana) 1970 – 2000.

ANOS	POPULÇÃO TOTAL	DENSIDADE DEMOGRÁFICA	POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL	
	HABITANTES N°.	(HAB/Km <sup>2</sup> )	Hab. N°.	(%)	Hab. N°.	(%)
<b>1970</b>	9.986	30,92	3477	34,82	6.509	65,18
<b>1980</b>	12.623	39,23	5.657	44,82	6.966	55,18
<b>1990</b>	16.717	51,76	12.486	74,69	4.231	25,31
<b>2000</b>	19.516	58,12	16.229	83,11	3.299	16,89
<b>2007</b>	21.236	63,20	17.783	83,74	3.453	16,26

Fonte: Censos demográficos (1970 – 2007).

Em relação aos dados demográficos do município de Belo Oriente contidos na TABELA 1, de acordo com os dados do recenseamento Geral elaborado pelo IBGE em 1970, a população do município de Belo Oriente era de 9.986 habitantes possuía uma densidade demográfica da ordem de, aproximadamente, 30,92 hab/km<sup>2</sup>, sendo que deste total, 65,18% residia em áreas rurais e 34,82% residiam em áreas urbanas.

Em 1980, a população era de 12.623 habitantes e possuía uma densidade demográfica da ordem de, aproximadamente, 39,23 hab/km<sup>2</sup>, sendo que deste total, 55,18% residia em áreas rurais e 44,82% residiam em áreas urbanas.

Curioso é observarmos que apenas uma década tenha se passado para estes dados se invertermem tão abruptamente. Em 1990 a população era de 16.717 habitantes e possuía uma densidade demográfica da ordem de, aproximadamente, 51,76 hab/km<sup>2</sup>, sendo que deste total, apenas 25,31% residia em áreas rurais e 74,69% residiam em áreas urbanas. Esta inversão continuou crescendo, e no ano de 2000, a população chegou a 19.516 habitantes, possuindo uma densidade demográfica da ordem de, aproximadamente, 64,2 hab/km<sup>2</sup>, sendo que deste total, 83,11% residiam em áreas urbanas e apenas 16,89% residia em áreas rurais.

Dados parciais recentes, disponibilizados pelo IBGE através do SIDRA<sup>4</sup>, apresentam o município de Belo Oriente com uma população total da ordem de 21.236, sendo que deste total, 83,74% residem na área urbana e 16,26% residem na área rural. Conclui-se que do ano de 2000 para o ano de 2007, não houve mudanças ou inversões tão representativas no que se refere à proporção da população rural e urbana,

<sup>4</sup> SIDRA é um banco de dados que pode ser acessado por um link no próprio site do IBGE.

demonstrando que o município de Belo Oriente, assim como Minas Gerais e o próprio Brasil (guardadas as devidas proporções) caminha para um processo de estabilização em relação ao crescimento vegetativo de sua população.

Em resumo, a Tabela 1 demonstra claramente um aumento na taxa média de crescimento da população total, provocada, provavelmente, por um processo de imigração que à época se fez presente e contribuiu sistematicamente para o crescimento da população urbana e, segundo Martins (2006), para a existência de um viés de desruralização. Para melhor ilustrar a dinâmica demográfica do município de Belo Oriente, apresentaremos a Figura 4, um gráfico produzido e disponibilizado pelo IBGE.

Neste Gráfico é possível observarmos, não só a evolução da dinâmica populacional do município, mas também, podemos comparar com evolução da dinâmica populacional a nível estadual e nacional<sup>5</sup>.



**Figura 4:** Evolução populacional do município de Belo oriente – MG.  
Fonte IBGE: Censos Demográficos 2000.

A partir da análise da Figura 4, não é difícil concluir que o município de Belo Oriente segue a tendência de crescimento populacional de Minas Gerais e do Brasil.

<sup>5</sup> Embora a contagem da população referente ao ano de 2007 apresente um número total de 21.369 habitantes, dados sobre a população rural e urbana que estão disponíveis em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>, revela um outro valor (21.236) que foi o valor considerado para análise mais aprofundada do contexto demográfico atual do município de Belo Oriente.

Tal fato, também é perfeitamente ilustrado e confirmado a partir da observação das pirâmides etárias pertencentes ao Município de Belo Oriente, ao Estado de Minas Gerais e ao Brasil (Figura 5). A base da pirâmide reduzindo-se sensivelmente e o corpo desta alargando-se, combinado a um sutil aumento do ápice, conferem, tanto ao município quanto ao estado e ao País, uma característica comum em relação aos aspectos demográficos, que é a transição de uma população jovem para uma população adulta, o que sem dúvida, leva à necessidade de políticas públicas diferenciadas.



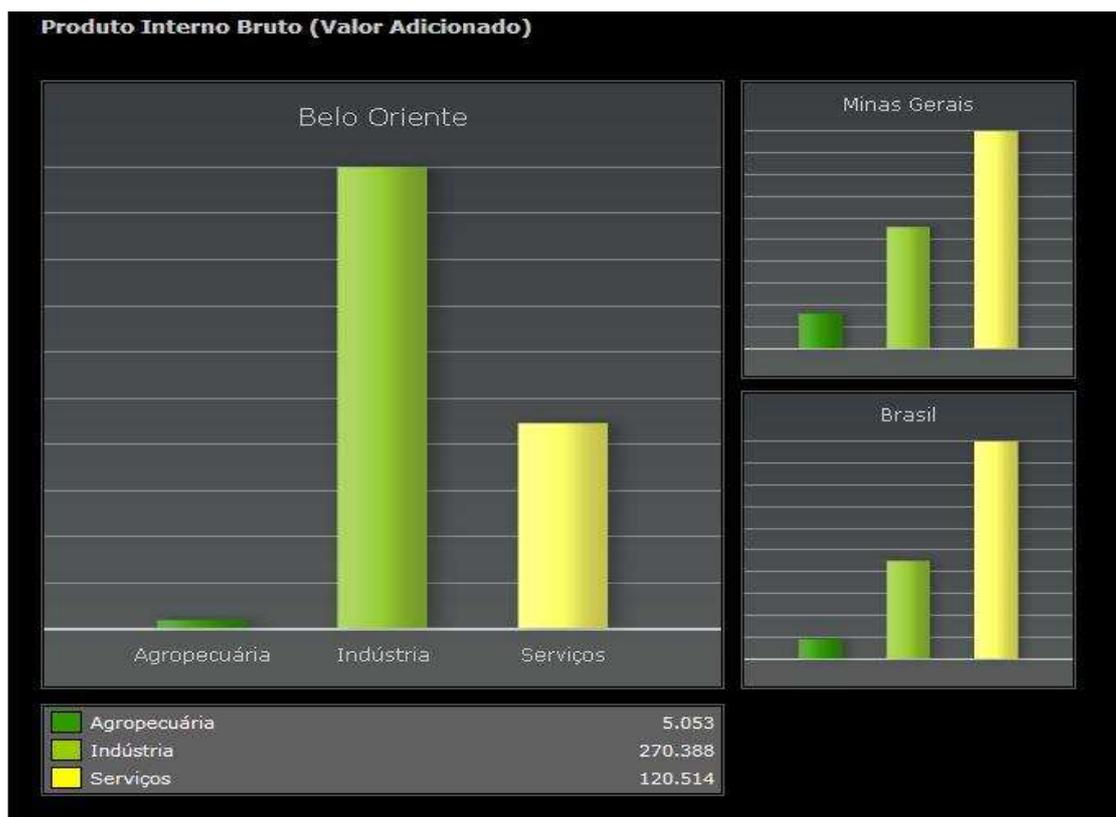
**Figura 5:** Pirâmide etária pertencentes ao Município de Belo Oriente.  
Fonte IBGE: Censos Demográficos 2003.

Com um PIB (Produto Interno Bruto) a Preço de mercado corrente para o ano de 2005, de: R\$ 447.411 (IBGE), possui Humano desenvolvimento de Índice (IDH) de 0.697 PNUD/2000).

A economia do Município baseia-se principalmente na Indústria de Celulose, carvão vegetal, agricultura e pecuária. Trata-se de um município de pequeno porte, que a partir da instalação da unidade da CENIBRA (Celulose Nipo-Brasileira S.A), suas atividades econômicas passaram a se relacionar intimamente à atividade industrial, sendo esta um importante fator de desenvolvimento local. O comércio, de acordo com dados da prefeitura Municipal de Belo Oriente, é composto por 32 (trinta e duas) fábricas de aguardente, responsáveis por uma fabricação anual de 58.000 litros, 05 (cinco) bem montadas Padarias, 11 (onze) Mercarias, 06 (seis) supermercados, 85 (oitenta e cinco) lojas de armazinhos e confecções, 03 (três) postos de venda de

combustíveis e lubrificantes, 02 (duas) agências bancárias do ITAÚ e 01 (um) escritório da EMATER.

A Figura 6, também extraída do IBGE (2003), nos permite com certa clareza, o entendimento da representatividade dos setores que concentram as principais atividades econômicas desenvolvidas no município de Belo Oriente, bem como, compará-los tendo como referência o cenário Estadual e Nacional.



**Figura 6:** Representatividade dos setores econômicos em Belo Oriente – MG.  
Fonte: IBGE (2003).

Conforme se observa na Figura 6, tanto o Estado de Minas Gerais como o Brasil, possuem uma semelhança no que se refere à representatividade dos setores econômicos. Tanto um quanto outro possuem o chamado setor “terciário”, de prestação de serviços, como o mais representativo, seguido pelo chamado setor “secundário”, da indústria e, por último (mas, não menos importante), vem o setor “primário”, da agropecuária, que goza de menor representatividade no cenário econômico Estadual e nacional.

No caso do município de Belo Oriente, a partir da análise da Figura 6, observa-se que há uma inversão quanto à representatividade de determinados setores. Esta inversão ocorre justamente entre o setor “secundário” e o setor “terciário”. Enquanto o setor “primário” permanece, tal qual no cenário estadual e nacional, menos

representativo, o setor “secundário” atinge uma relevância econômica que supera, em números absolutos, a relevância do setor “terciário” em mais de 100%, “contrariando” a tendência do Estado e do País.

#### 4 -

No intuito de realizar esse trabalho, procuramos uma bibliografia que contém obras relevantes sobre temas como apropriação do espaço, expansão capitalista, desigualdades e mudanças sócio-espaciais, além de trabalhos que tiveram o município de Belo Oriente como objeto de estudo, porém, com outros olhares e perspectivas de investigação diferentes.

Autores como Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Rosélia Piquet, Vânia Martins, Múcio Tosta e outros foram pesquisados para que pudéssemos expor comentários e travar debates sobre o tema em questão e os assuntos que o cercam.

Além deste embasamento teórico, a pesquisa está estruturada também sobre interpretações de tabelas e gráficos elaborados por outros autores, ou construídos a partir de dados disponibilizados por instituições fidedignas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que, disponibiliza dados e informações referentes às séries históricas dos censos demográficos e agropecuários, além do sítio da Empresa Celulose Nipo-Brasileira. S. A, CENIBRA, que disponibiliza uma série de informações que gozam respaldo e credibilidade, além do sítio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU), que disponibiliza informações a respeito do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDH-M). Estes dados foram usados com vistas à análise do grau de alteração sócio-espacial e econômica do município em pouco mais de três décadas da implantação da Empresa.

Realizada a revisão bibliográfica, num segundo momento, utilizamo-nos de uma pesquisa documental, realizada por meio da análise da série histórica dos *Censos Demográficos* e dos *Censos Agropecuários* do IBGE e dentre outros documentos adquiridos junto à prefeitura de Belo Oriente, efetuando assim, um diagnóstico sócio-espacial deste município.

Também cabe ressaltar que, infelizmente, não foi possível trabalharmos com dados mais atuais. Trabalhou-se, por exemplo, com dados do IBGE relativos ao censo agropecuário de 1995/1996, porque os mesmos dados relativos ao ano de 2006, se encontram, ainda, na condição de “preliminares” e foram divulgados parcialmente, não

fornecendo condições para uma análise confiável, e, considerando a impossibilidade de levantarmos ou mesmo, complementarmos estes dados, optou-se então por utilizarmos a base de dados disponível.

Dentre as diversas estratégias que poderiam ter sido encampadas com vistas ao atingimento e execução dos procedimentos de investigação, optou-se pela realização de entrevistas com questões previamente definidas e estruturadas<sup>6</sup>, direcionadas aos representantes dos principais agentes envolvidos na questão objeto deste estudo.

Neste sentido, cabe reiterar que as entrevistas tiveram como foco o Poder Público local, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belo Oriente e a Empresa.

Talvez, o ideal em relação à entrevista direcionada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belo Oriente, fosse entrevistar, não apenas um representante, mas ampliar a amostra com entrevistas direcionadas diretamente aos próprios Trabalhadores, fato que não foi possível dadas as condições limitadas de que dispúnhamos para a realização do trabalho de campo.

É de suma importância salientarmos que fez parte da nossa estratégia de investigação, a proposital repetição de algumas perguntas que compuseram o teor das entrevistas. Tal estratégia buscou tão somente a verificação do grau de consenso e sintonia em relação a determinados pontos considerados de interesse comum aos agentes envolvidos.

Concluído o trabalho de campo, concentramos esforços na análise e interpretação das informações levantadas junto aos agentes. Este foi, talvez, o momento de maior concentração e responsabilidade, afinal, trata-se de um trabalho que vai muito além destas entrelinhas e possui informações e opiniões de lideranças locais que, se não forem devidamente contextualizadas, podem gerar controvérsias desnecessárias e perfeitamente evitáveis. É neste momento, que traçamos as devidas conclusões a cerca dos questionamentos referentes à temática proposta, bem como, os apontamentos cabíveis em relação à mesma, no intuito de contribuir reunindo dados, informações, e apontamentos que possam, por ventura, subsidiar e influenciar positivamente a tomada de decisões, tanto da empresa (dada a sua capacidade de atuação naquele espaço e ao interesse de buscar um relacionamento harmônico com a comunidade local, até por uma exigência de mercado), quanto do poder público, que se propõe a representar politicamente a população e tem, neste sentido, a competência legal de defender os

---

<sup>6</sup> As entrevistas previamente estruturadas foram realizadas nas datas 09/10/2008 e 10/10/2008, e encontram-se no anexo I.

interesses coletivos e zelar pela gradativa melhoria das condições de vida das camadas da população que ainda não conseguiram alcançar um nível satisfatório de desenvolvimento humano no município de Belo Oriente.

## 5 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 5.1 - Impactos e mudanças provenientes da instalação da empresa

Em relação aos impactos e mudanças decorrentes da instalação da CENIBRA no município de Belo Oriente - MG, nos ateremos a dois pontos que julgamos fundamentais ao fiel cumprimento dos objetivos propostos neste trabalho. Trata-se de uma análise baseada em dados e informações coletados em campo e em trabalhos anteriores que de alguma forma contemplaram o objeto deste estudo. Os pontos são os seguintes: Estrutura fundiária e a Condição do produtor.

#### 5.1.1 - Estrutura fundiária

No que se refere ao padrão de ocupação fundiária do município de Belo Oriente, pode-se observar a partir da análise da Tabela 2, que este padrão se caracteriza pela coexistência de grandes estabelecimentos agrícolas pertencentes à CENIBRA e pequenas propriedades rurais com baixa produtividade agrícola.

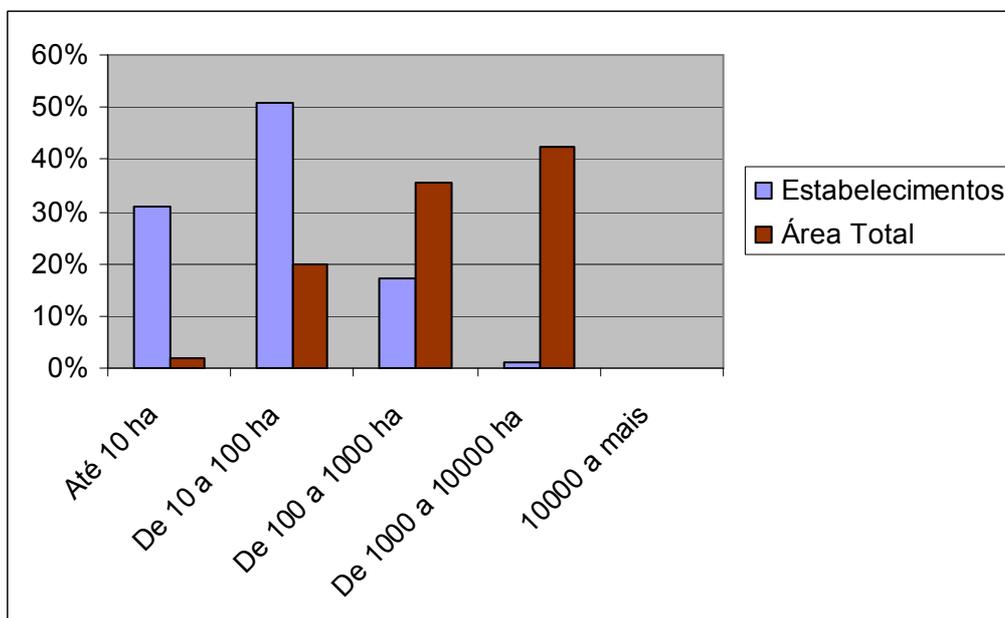
**TABELA 2:** Área total e número de estabelecimentos do município de Belo Oriente – MG (1970 - 1995 - 1996)

Grupos de Áreas (ha)	Ano de 1970				Ano de 1995 - 1996			
	Estabelecimento		Área total		Estabelecimento		Área total	
	Nº	%	Ha	%	Nº	%	Ha	%
<b>Até 10</b>	103	30,83	627	2,1	160	45,32	531	2,73
<b>10 a menos de 100</b>	170	50,91	5.952	19,99	166	47,03	4.800	24,71
<b>100 a menos de 1000</b>	57	17,06	10.610	35,62	26	7,36	5.292	27,24
<b>1000 a menos de 10000</b>	4	1,2	12.597	42,29	1	0,29	8.802	45,32
<b>10000 a mais</b>	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>334</b>	<b>100</b>	<b>29.786</b>	<b>100</b>	<b>353</b>	<b>100</b>	<b>19.425</b>	<b>100</b>

FONTE: Minas Gerais (1970, 1980, 1995/1996) Censos Agropecuários.

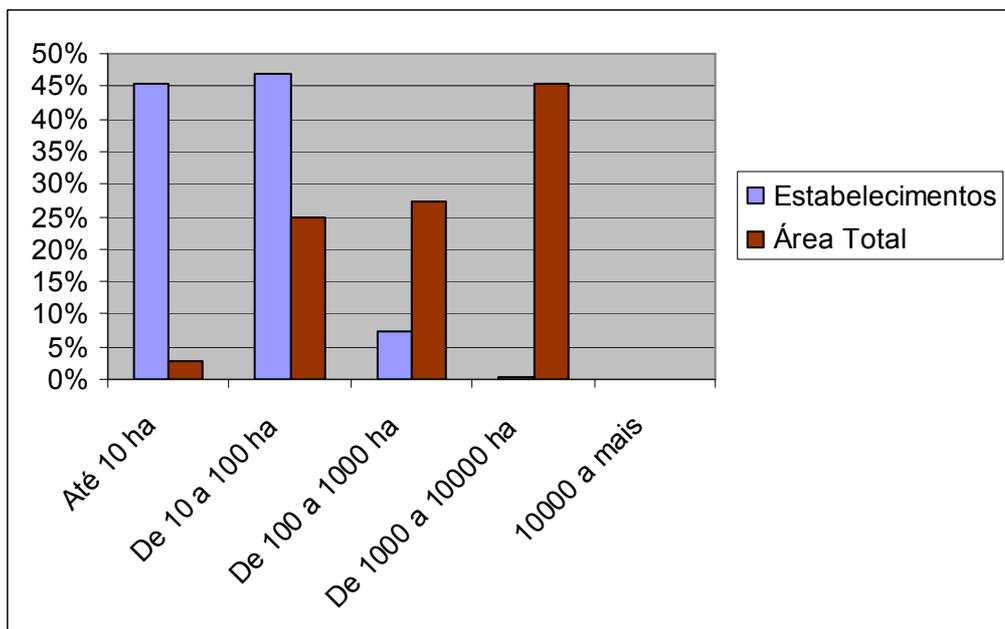
Para um melhor entendimento dos dados contidos na Tabela 2, optamos por elaborar um gráfico, que visualmente, facilite a compreensão da relação existente entre a representatividade dos estabelecimentos em percentagem e a área destes

estabelecimentos, respeitados as dimensões propostas para cada grupo de estabelecimentos.



**Figura 7:** Situação fundiária do município de Belo Oriente – MG, 1970.

Fonte: Elaboração do autor



**Figura 8:** Situação fundiária do município de Belo Oriente – MG, 1995/1996.

Fonte: Elaboração do autor.

De acordo com a Tabela 2, podemos observar que em 1970, o município contava com um total de 334 estabelecimentos rurais, ocupando uma área total média de 29.786 ha. É importante observarmos que, já no ano de 1970, existia uma desigualdade no padrão de distribuição das terras. Basta observarmos a Figura 7: enquanto pouco mais de 30% dos estabelecimentos detinham tão somente pouco mais de 2,0% da área total (correspondente à somatória de áreas destes estabelecimentos), outros 1,2% dos estabelecimentos possuíam mais de 42% desta área.

Com relação ao ano de 1995, é perceptível um aumento sutil no número de estabelecimentos até 10 hectares, conforme observado na Tabela 2. Porém, este aumento não significa, necessariamente, um aumento do acesso a terra. Ao contrário, se observarmos a Figura 8, veremos que 45,32% destes estabelecimentos somam juntos 2,73% da área total referente à somatória de áreas destes estabelecimentos, e que 0,29% de estabelecimentos contam com 45,32% da área total referente à somatória de áreas destes estabelecimentos, podemos concluir de forma categórica, que processo de concentração fundiária no município de Belo Oriente agravou-se e que não é possível dissociar este agravamento da atuação empresarial de empresas de base florestal que atuam efetivamente neste município.

Seguindo ainda a análise da Tabela 2, é possível constatar que ao longo desses vinte e cinco anos, ocorreu uma diminuição da área total média cultivada pelos estabelecimentos provocada, segundo MARTINS (2006), provavelmente, pela expansão da urbanização da cidade. Observa-se, ainda, que tanto em 1970 quanto em 1995, havia um predomínio de estabelecimentos rurais, com área média entre 10 a menos de 100 hectares, ou seja, uma prevalência de pequenos produtores.

A seguir, apresentamos a Tabela 3 com o propósito de analisar os dados referentes ao histórico da ocupação de terras no município de Belo Oriente.

**TABELA 3:** Ocupação de terras no município de Belo Oriente/MG.

Tipos	Ano de 1970		Ano de 1980		Ano de 1995/1996	
	hectares	(%)	hectares	(%)	hectares	(%)
<b>Lavouras permanentes</b>	426	1,31	221	0,83	290	1,49
<b>Lavouras Temporárias</b>	3.545	10,93	1.842	6,92	795	4,09
<b>Terras em descanso e Produtivas não utilizadas</b>	2.525	7,78	1.284	4,82	287	1,48
<b>Pastagens naturais</b>	17.991	55,47	1.773	6,65	2.644	13,61
<b>Pastagens plantadas</b>	247	0,76	7.457	27,99	5.216	26,85
<b>Matas e florestas naturais</b>	2.098	6,47	1.720	6,46	3.859	19,86
<b>Matas e florestas plantadas</b>	5.604	17,28	12.338	46,33	5.501	28,31
<b>Total</b>	32.436		26.635		19.426	

FONTE: Minas Gerais (1970, 1980, 1995/1996) Censos Agropecuários.

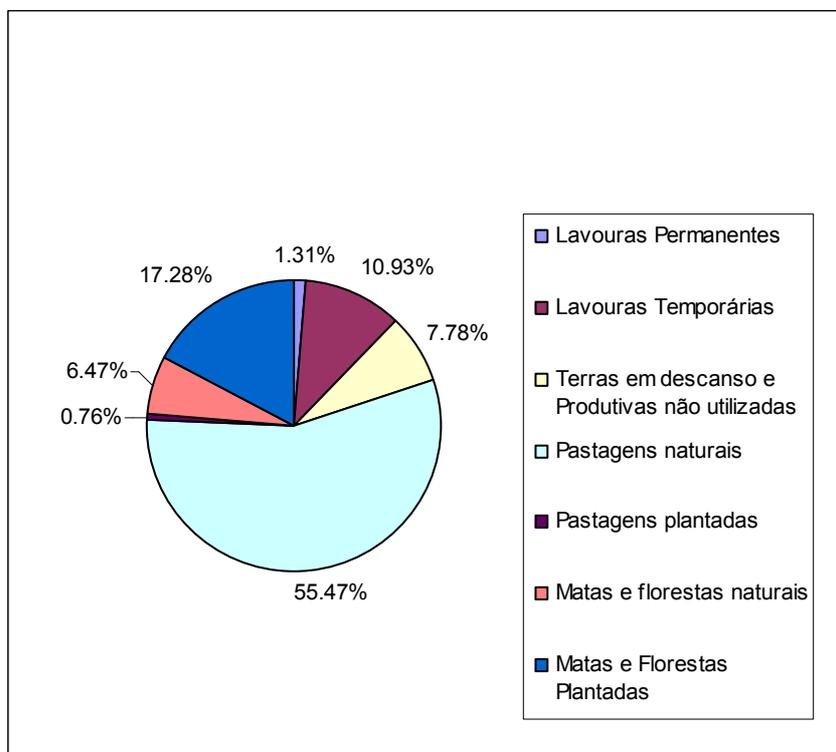
Com relação à ocupação de terras no município de Belo Oriente, podemos observar que os dados contidos na Tabela 3 demonstram uma existência de uma concorrência pela utilização da área, mesmo que esta não seja proporcional.

Martins (2006) explicou este fato argumentando a respeito do incentivo que aconteceu em 1976, quando o IEF (Instituto Estadual de Floresta) inicia em Minas Gerais um trabalho pioneiro e de grande importância social, se referindo aos programas conhecidas como “Fomento Florestal”, programas estes de reflorestamentos específicos destinados a pequenos e médios produtores rurais. O primeiro destes programas fora implementado na Zona da Mata e mais tarde, se expande com sucesso para outras regiões do estado com o apoio do Banco mundial e do governo de Minas Gerais. A partir desta bem sucedida investida, novos programas com o propósito de incentivar o plantio do eucalipto foram implementados, com destaque para o programa “Fazendeiro Florestal”, implementado em meados da década de 1980 do século passado.

Para um melhor entendimento dos dados contidos na Tabela 3, optamos por elaborar dois gráficos, que visualmente, facilitam a compreensão de como se deu historicamente o uso e a distribuição das terras no município de Belo Oriente.

Tendo como parâmetro a análise da Figura 9, podemos identificar que no ano de 1970, havia um grande predomínio das pastagens naturais em detrimento, por exemplo,

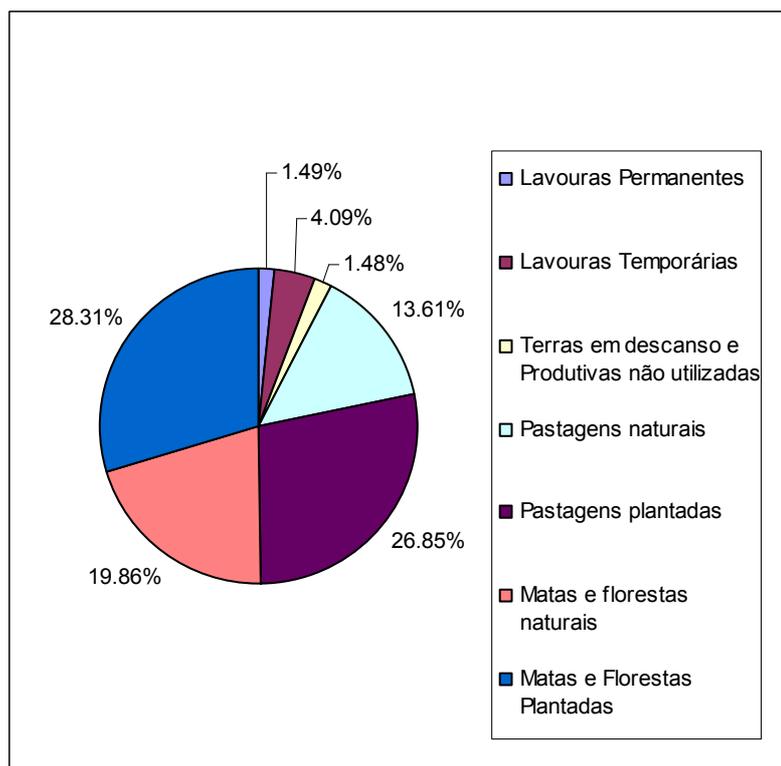
das lavouras permanentes. Tal situação pode perfeitamente ser explicada tendo como foco de análise os aspectos históricos da economia local, que à época, não possuía a dinâmica e diversificação de atividades dos dias atuais.



**Gráfico 9:** Histórico da ocupação de terras no município de Belo Oriente MG: Ano de 1970.

**Fonte:** Elaboração do autor.

Dado o sucesso dos programas de fomento, inicia-se no município de Belo Oriente um processo de substituição de pastagens naturais e lavouras temporárias por matas e Florestas naturais e plantadas, conforme se observa na Figura 10.



**Gráfico 10:** Histórico da ocupação de terras no município de Belo Oriente MG: Ano de 1995/1996.

**Fonte:** Elaboração do autor.

Com base nas informações contidas na figura 9, verificamos que as Matas e Florestas Plantadas saíram de uma condição de pouco mais de 17% para pouco mais de 28%, enquanto as pastagens Naturais saíram da condição 55,47% para 13,61%, embora não se possa desconsiderar a redução da área total de terras que era de 32.436 hectares em 1970 para 19.426 no ano de 1995/1996.<sup>7</sup>

Entretanto, apesar de ter ocorrido uma redução significativa na área de pastagens, e considerando a somatória entre Pastagens Naturais e Plantadas e Matas Naturais e Plantadas, ela ainda representa uma área expressiva no município, algo em torno de 40,46%, mas ainda assim, menor do que a mata, que ocupa 48,17%.

Ainda no período compreendido entre 1970 e 1980, observa-se um aumento considerável das áreas plantadas com eucalipto, sem sombra de dúvidas, graças aos incentivos fiscais para o reflorestamento no Brasil. Um dado simples de se constatar

<sup>7</sup> A redução a que nos referimos neste parágrafo, deve-se entre outros fatores, à expansão urbana que ocorrerá no município de Belo Oriente entre o fim da década de 70, momento em que a Empresa se instala no município e meados da década de noventa do século passado.

através da Tabela 3, resume-se no aumento na área de Matas e Florestas plantadas de 120,2% do ano de 1970 para 1980<sup>8</sup>.

Diante deste quadro, se considerarmos que o avanço da monocultura do eucalipto na região do vale do Rio Doce e, sobretudo, no município de Belo Oriente, esteve relacionado intimamente com o fornecimento de carvão vegetal para abastecer os auto-fornos das empresas que se utilizavam desta fonte de energia (Belgo Mineira, por exemplo) e para a empresa de celulose que se instalou na região em 1977, começa-se a se esclarecer os motivos que levaram o Estado de Minas Gerais a atuar de forma tão intensa para o desenvolvimento desta atividade. Ao que se percebe, o interesse do Estado, através dos programas de Fomento, é proporcionar a oferta de energia à iniciativa privada, viabilizando suas atividades e permitindo-lhes a reprodução de seu Capital e, num segundo momento, gerar uma fonte alternativa de renda os produtores.

Não se pode deixar de considerar o fato de que, as ações de Fomento conduzidas pelo Estado, geraram muito mais benefícios a iniciativa privada do que propriamente aos produtores locais, afinal, as empresas agora, não precisavam adquirir mais terras para o plantio, nem tão pouco, manter um grande número de funcionários para cuidar das plantações. Enfim, um grande negócio para as empresas.

### 5.1.2 – Na Condição do produtor em relação à posse da terra

Um dos fatores que não pode ser tratado separadamente da questão fundiária do município de Belo Oriente, diz respeito à condição da posse da terra dos produtores rurais, expressa em números absolutos na Tabela 4.

**TABELA 4:** Condição da posse da terra dos produtores rurais de Belo Oriente - MG.

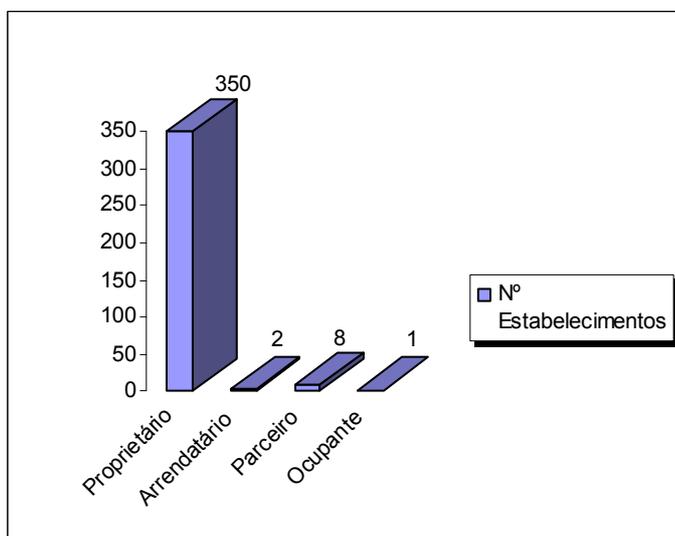
ANO	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE	
	Nº Estab	Área (ha)	Nº Estab	Área (ha)	Nº Estab	Área (ha)	Nº Estab	Área (ha)
1970	350	31080	2	456	8	4627	1	194
1985	361	28784	12	300	6	578	21	69
1995/96	270	19132	2	38	65	129	16	128

Fonte IBGE: 1970, 1985, 1995/1996.

<sup>8</sup> O período compreendido entre 1970 a 1980, foi marcado por ações estatais com o objetivo de incentivar o plantio do eucalipto em diversas regiões do Estado. Em 1976 o IEF (Instituto Estadual de Floresta) inicia em Minas gerais um trabalho pioneiro. Em 1980 destaca-se o programa “Fazendeiro Florestal”, reiterando o compromisso governamental em incentivar a prática desta atividade.

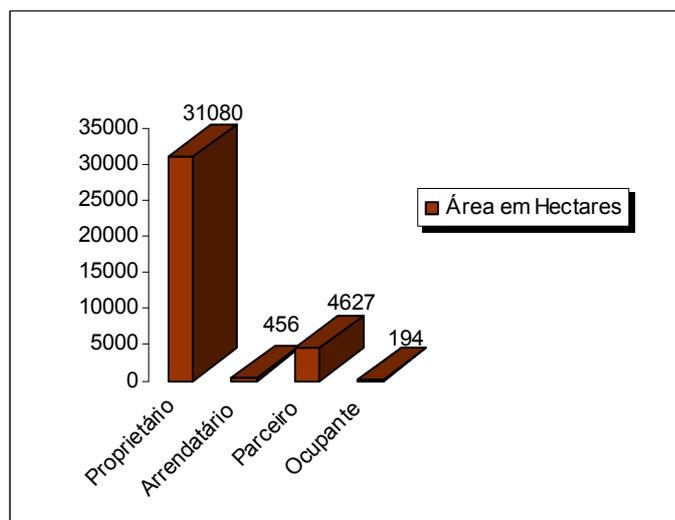
No que se refere às formas de posse da terra, observou-se que durante os 25 anos, prevalecera, no município de Belo Oriente, a categoria de proprietários. Basta observarmos que algo em torno de 97,22% dos estabelecimentos rurais, em 1970, se enquadravam nesta condição, e em 1996, apesar de ocorrido uma redução considerável, a representatividade continuou expressiva, cerca de 76,48% eram proprietários.

Para um melhor entendimento dos dados contidos na Tabela 4, optamos por elaborar quatro gráficos, que visualmente, facilitem a compreensão da relação existente entre o número de estabelecimentos em valores absolutos e a condição destes produtores rurais em relação à posse da terra no município de Belo Oriente.



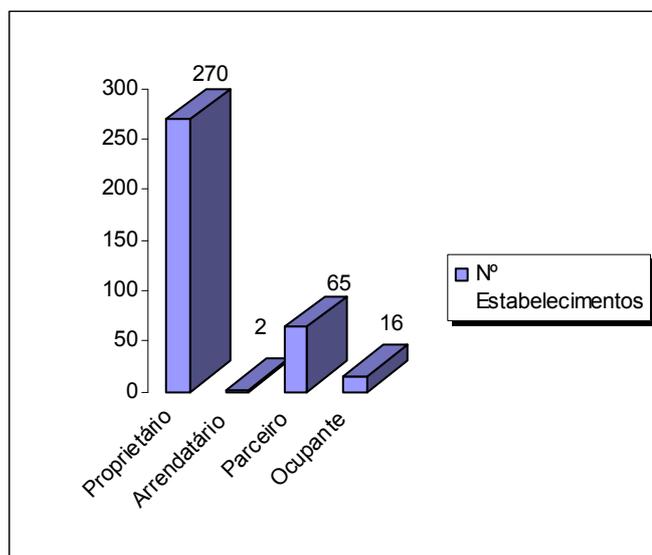
**Figura 11:** Número de Estabelecimentos 1970.  
Fonte: Elaboração do autor.

A Figura 11 nos mostra exatamente a dimensão da representatividade do grupo dos proprietários para o ano de 1970, que alcança o significativo valor de 97,22% dos estabelecimentos rurais.



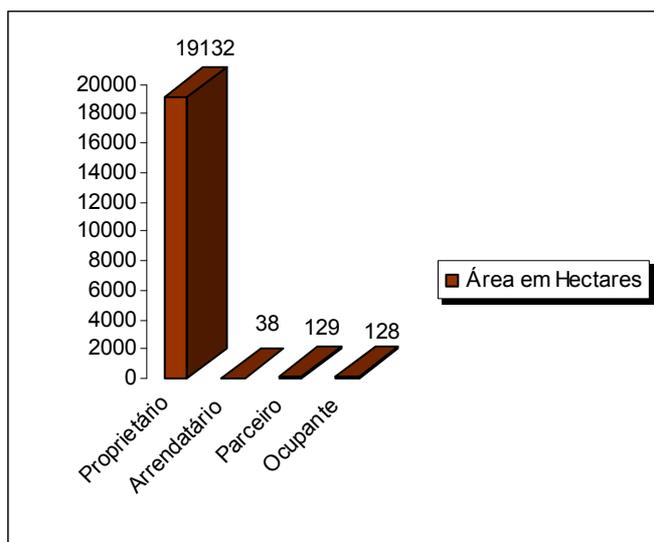
**Figura 12:** Área dos estabelecimentos em Hectares - 1970.  
Fonte: Elaboração do autor.

Quanto à área dos estabelecimentos correspondente a cada grupo em sua respectiva situação de posse para o ano de 1970, de acordo com a Figura 13, não há grandes diferenças em comparação à Figura 11. Os proprietários permanecem com uma representatividade muito superior aos demais grupos, seguidos de longe pelo grupo dos Parceiros.



**Figura 13:** Número de Estabelecimentos - 1995/1996.  
Fonte: Elaboração do autor.

Já para o ano de 1995/1996, de acordo com a Figura 13, começa-se a observar uma redução em números absolutos, do número de proprietários, e conseqüentemente, um sensível aumento de representatividade do grupo dos parceiros e dos ocupantes, fato não observado no que se refere à área dos estabelecimentos por grupo, ilustrado pela figura 14.



**Figura 14:** Área dos estabelecimentos em Hectares - 1995/1996.  
 Fonte: Elaboração do autor.

Em outras palavras, contata-se que, ao longo destes anos, ocorre uma diminuição no número de proprietários de terras, passando de 350 (em números absolutos) no ano de 1970 para 270 proprietários em 1996. Esta redução pode ser explicada pela grande aquisição de terras pela empresa neste período, sem desconsiderar o fato de o produtor, muitas vezes, preferir buscar novas oportunidades na cidade.

Outra forma bem menos expressiva observada no município, é a parceria. Esta, em 1970, gozava de baixa expressão em números absolutos, somente 8 estabelecimentos. Porém, a área destes estabelecimentos era considerável, 4627 hectares. Todavia, este cenário se altera bruscamente em 1996, quando o número de estabelecimentos salta de 8 para 65 e a área destes estabelecimentos reduz absurdamente para apenas 129 hectares.

## 5.2 - Produtores, Empresa e Poder Público; o ponto de vista de cada agente.

Até aqui, tem-se tratado do desenvolvimento da cultura do eucalipto enquanto atividade econômica detentora de relevância expressiva no contexto do município de Belo Oriente. Procuramos delimitar algumas situações que podem, com a implantação de um empreendimento florestal de grande porte como é o caso da CENIBRA, alterar em maior ou menor grau, as estruturas econômicas, sociais e políticas da região sob sua influência. De acordo com Santos (2004), esta ocupação do território por parte das empresas desencadeia um processo de privatização do território, ou seja, o comando

da vida por um número limitado de empresas. Para o autor, o poder público acaba ficando subordinado aos mandamentos destas empresas e a transformação do espaço fica relacionada às necessidades destas empresas.

Partindo desta argumentação e com o objetivo de verificar no caso concreto a existência destes pressupostos, realizamos levantamentos bibliográficos aliados a pesquisas documentais que nos permitisse o entendimento a cerca dos impactos<sup>9</sup> e alterações resultantes da ocupação deste território. Entretanto, em determinado momento, nos pareceu de grande relevância, tentar reproduzir da forma mais independente possível, as percepções que cada um dos agentes<sup>10</sup> envolvidos ou afetados pelas alterações possuem, um em relação ao outro. Em outras palavras, como estes Produtores percebem a presença da empresa e o posicionamento do Poder Público na condição de mediador desta relação? \_ Como o Poder Público percebe a presença da empresa e sua relação com os Produtores locais? \_ E, como a empresa percebe o posicionamento do Poder Público e dos Produtores locais frente a seus interesses?

Para respondermos a estas indagações e alcançarmos o grau de compreensão julgado necessário, realizou-se entrevistas com representantes de cada um destes agentes. Reiteramos que o conteúdo dos sub-itens (5.2.1, 5.2.2 e 5.2.3) é baseado integralmente no conteúdo das entrevistas.

### **5.2.1 - O poder público e os Produtores vistos pela Empresa**

Antes de traçar o perfil de percepção da Empresa em relação aos Produtores locais e ao Poder Público, faz-se necessário expormos na íntegra parte do conteúdo da entrevista e, em seguida, fazermos algumas ponderações acerca de determinados elementos que compuseram o teor da entrevista.

---

<sup>9</sup> Não é condizente com o nosso objetivo fazermos juízo de valor a cerca dos impactos advindos das alterações referentes às estruturas econômicas, sociais e políticas do município de Belo Oriente. Não pretendemos, de forma alguma, apresentar apontamentos que qualifiquem como positivos ou negativos os impactos e alterações decorrentes da implantação da empresa neste município.

<sup>10</sup> Considera-se como agentes envolvidos; o Poder Público, os Produtores Rurais e a CENIBRA.

A princípio, indagado o entrevistado<sup>11</sup> a respeito dos fatores locacionais que viabilizaram a implantação da CENIBRA no Município de Belo Oriente, obteve-se a seguinte resposta:

*“A empresa foi criada no início da década de 70, e a escolha de sua localização se deu em um contexto econômico, político, social e ambiental existente. O governo federal, à época, estimulava a implantação de empreendimentos de base florestal através do chamado incentivo fiscal; a Cia Vale do Rio Doce já havia estabelecido plantios na região, quando de sua associação com o grupo japonês JBP, que resultou na criação da CENIBRA. Então, a existência dessa base florestal foi um fator que contribuiu na opção feita pela região do vale do Rio Doce; vários outros fatores também contribuíram para a escolha da região, tais como a disponibilidade de terras, existência da ferrovia Minas-Vitória, existência de uma infra-estrutura criada para a implantação da USIMINAS e de outros empreendimentos siderúrgicos na região nas décadas anteriores, a existência de rodovias na região (BRs 381, 262, 116), e a existência de uma fonte de água com volume compatível com um empreendimento de produção de celulose (no caso o Rio Doce).”*

De fato, todas estas informações prestadas pelo representante da CENIBRA, procedem e gozam de plena conformidade para com os levantamentos bibliográficos e de campo por nós realizados. As afirmações demonstram que, apesar de haver fatores de natureza física (o Rio, por exemplo) influenciando na escolha do local para instalação da Empresa, outros fatores, como a ferrovia e as BRs, foram também, determinantes.

Ao ser perguntado se existiram outras condições, do ponto de vista da logística de produção e circulação/distribuição de mercadorias, que influenciaram e/ou contribuíram de forma efetiva para a instalação da empresa no município de Belo Oriente, o entrevistado respondeu:

*“Conforme resposta anterior, vários fatores contribuíram para a instalação da empresa na região; uma delas foi a existência da ferrovia Vitória-Minas e da BR 381 (isso no caso específico de Belo Oriente).”*

Outra questão, também julgada de relevância e que foi levantada junto ao representante da Empresa, é se é possível diagnosticarmos as ações do governo Federal para viabilizar infra-estrutura urbana à cidade de Belo Oriente ou mesmo à região circunvizinha, que possibilitassem à CENIBRA sua instalação nesta cidade?

---

<sup>11</sup> A entrevista foi realizada com Sr. Paulo Henrique de Souza Dantas da Assessoria de Meio Ambiente Industrial e Florestal.

*“Devemos ter em mente que estamos falando de um empreendimento instalado na região no início da década de 70, portanto a cerca de quase 40 anos atrás. O resgate do histórico das ações do governo federal à época da instalação do empreendimento é um trabalho de pesquisa que, por si só, demandaria uma intensa dedicação na coleta e análise de dados. Também, devemos ter em mente que estas ações não estão circunscritas a um determinado período de tempo, mas sim se deram, e ainda se dão, ao longo da existência da empresa. Podemos citar como exemplo a recente duplicação da BR 381 em um trecho próximo à empresa e construção do trevo de acesso à rodovia estadual que liga a BR 381 à cidade de Belo Oriente.”*

Mais uma vez, com muita coerência e critérios, o entrevistado nos permite o entendimento da impossibilidade de uma resposta de natureza categórica, entretanto revela-nos uma ação recente do Governo Federal, que é a duplicação da BR 381, em que um dos beneficiados, naturalmente, foi a Empresa.

Indagado a respeito de como se dá a relação da empresa com o poder público local, respondeu:

*“De uma forma normal e compatível com o porte do empreendimento.”*

De certa forma, esta resposta não traz maiores esclarecimentos. Neste momento, optaremos por ouvir a manifestação dos demais entrevistados<sup>12</sup> para buscarmos conclusões mais criteriosas.

Questionado sobre como se dá a relação da empresa com os Produtores Rurais locais, o entrevistado respondeu:

*“A relação da Empresa com os produtores rurais é pacífica e para propiciar uma aproximação e diálogo entre as partes, a CENIBRA desenvolve o Projeto Vizinho Legal, que visa estabelecer um mecanismo corporativo de integração entre a Empresa, proprietários rurais vizinhos e participantes do Programa de Fomento Florestal.”*

*“Anualmente, são realizados eventos de conagração, onde ocorre a troca de informação, solução de problemas, o repasse de orientações técnicas úteis ao proprietário rural no seu dia-a-dia e a mensagem da importância da participação de todos na prevenção aos incêndios florestais.”*

De fato não se pode negar a existência deste Projeto, “Vizinho Legal”. Esta iniciativa já demonstra o interesse da empresa em cultivar relações harmônicas entre a Empresa e os Produtores rurais.

---

<sup>12</sup> Os demais entrevistados refere-se: ao representante do Poder Público e ao representante dos Produtores Rurais de Belo Oriente.

Em relação aos impostos gerados ao município, indagou-se a respeito dos Valores e da destinação provável:

*“Os valores abaixo são aqueles relativos ao ISSQN<sup>13</sup> gerados e direcionados diretamente ao município de Belo Oriente; como não foi especificado um período de tempo no qual existe o interesse para o trabalho, tomamos a liberdade de citarmos os últimos 6 anos, somente a título de possibilitar a formação de uma idéia dos valores envolvidos.”*

*“Cremos que seria útil um entendimento sobre como são gerados e arrecadados impostos como o ICMS de empresas exportadoras, de como estes recursos são distribuídos nas diversas esferas governamentais (federal, estadual, municipal) que, aliado ao ISSQN, contribui para o desenvolvimento de Belo Oriente e dos outros municípios da área de atuação da empresa.”*

*“Quanto à destinação provável, cremos que os valores tenham sido direcionados aos programas de saúde, educação, lazer, enfim, qualidade de vida dos moradores do município”.*

ISSQN	
ANO	VALOR (R\$)
2002	877.314,92
2003	1.177.565,64
2004	1.531.844,41
2005	1.946.445,54
2006	5.608.952,90
2007	2.291.807,88

Fonte: Assessoria de Meio Ambiente Industrial e Florestal.

Outro ponto por nós levantado, diz respeito a se o poder público local tem conseguido oferecer estrutura (estradas, pontes, energia, etc.) necessária ao desenvolvimento das atividades implementadas pela empresa no município de Belo Oriente. De acordo com o entrevistado:

*“Sim, dentro de suas possibilidades.”*

<sup>13</sup> Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, também denominado simplesmente Imposto Sobre Serviços – ISS.

Tal resposta será alvo de maiores comentários quando confrontarmos as declarações dos demais entrevistados.

Em relação ao meio ambiente perguntou-se: “As questões ambientais que envolvem a empresa e o poder público local tem sido dirimidas “pacificamente”, sem qualquer tipo de embaraço à ação um do outro?” Segundo o entrevistado;

*“Sim; existe um CODEMA<sup>14</sup> em Belo Oriente, do qual a CENIBRA participa ativamente desde a sua estruturação; o conselho tem sido um importante interlocutor entre a sociedade e a empresa, apresentando demandas, solicitando explicações, propondo ações e solicitando apoio para o desenvolvimento de atividades de cunho ambiental. A CENIBRA participou, e ainda participa, de quase todas as reuniões ordinárias desse conselho desde sua criação, a quase dez anos, e é respeitada e reconhecida como uma importante contribuidora para a questão ambiental do município.”*

Com base em nosso levantamento de campo, confirma-se a participação efetiva da Empresa junto ao CODEMA de Belo Oriente. É interessante observarmos o recorte histórico exposto pelo entrevistado ao dizer que “A CENIBRA participou, e ainda participa, de quase todas as reuniões ordinárias desse conselho desde sua criação, a quase dez anos...”. Este ponto é interessante e ganha relevo ao ser confrontado com algumas afirmativas contidas na entrevista com o representante do Poder Público, e serão discutidas logo a frente.

Quanto à influência exercida pela Empresa no desenvolvimento econômico do município, respondeu-se:

*“A empresa, desde a sua criação, tem contribuído de forma significativa para a geração de emprego e renda para a região. Os impostos pagos inclusive possibilitaram que Belo Oriente figurasse, e ainda figure, entre as cidades com maior renda per capita do estado. A transformação do crescimento econômico em índices de desenvolvimento é papel dos diferentes atores envolvidos neste processo, incluindo o governo municipal, que é responsável pela aplicação dos recursos obtidos em programas de desenvolvimento.”*

De fato, conforme verificado nos levantamentos de campo, é consensual entre as lideranças locais, a importância assumida pela empresa no que se refere ao desenvolvimento econômico do município.

---

<sup>14</sup> CODEMA é o Conselho de Defesa do Meio Ambiente.

Perguntou-se sobre a manutenção por parte da Empresa, de vínculos ou programas cujo foco seja atender de alguma forma os produtores rurais locais, obtendo-se a seguinte resposta.

*“A CENIBRA possui um projeto de parceria com os produtores rurais denominado Programa Fomento Florestal. Este projeto teve início em 1985, tendo como parceiro o Instituto Estadual de Florestal (IEF) e ao longo dos anos tem proporcionado alternativa de renda, trabalho e diversificação da produção no meio rural”.*

*“O Programa implanta florestas comerciais em áreas não aproveitáveis para a agricultura ou para a pecuária. Além de ser um agronegócio lucrativo e uma alternativa para o produtor, o Fomento Florestal, também oferece benefícios para a sociedade e para o meio ambiente, aumentando a renda e a qualidade de vida dos produtores rurais, preservando as matas nativas e garantindo liquidez financeira do empreendimento”.*

*“A preservação ambiental é um dos pilares do Programa e desta forma, os produtores rurais estão cultivando florestas, reduzindo assim a pressão sobre as matas nativas, recursos hídricos e a fauna local”.*

*“Com o Fomento Florestal, a produção de florestas renováveis de eucalipto, tem como base uma sólida parceria, com transferência de tecnologias, financiamentos das atividades e fornecimento de insumos, mudas clonais e assistência técnica especializada”.*

*“O Programa atua em 79 municípios mineiros que estão localizados a distância máxima de 250 km da sua unidade industrial e já plantou mais de 35.000 ha.”.*

De fato, confirma-se a viabilidade deste programa que já dura mais de duas décadas e conta, até os dias de hoje, com a anuência do órgão que representa os interesses do governo estadual, o IEF. Esta informação deve ser tratada de forma, um pouco mais ampla. Se por um lado *“tem proporcionado alternativa de renda, trabalho e diversificação da produção no meio rural”*, pelo outro, a empresa agora, não precisa adquirir mais de terras para o plantio, nem tão pouco, manter um grande número de funcionários para cuidar das plantações. Enfim, também foi um grande negócio para a Empresa.

Perguntado se há algum tipo de produto que a empresa se interesse em incentivar a produção junto a estes produtores rurais, o entrevistado afirma:

*“Por meio do Programa Fomento Florestal, a CENIBRA estabelece parceria com o produtor rural visando a produção de madeira para*

*celulose, tendo como benefícios a manutenção da família no campo, a geração de renda e a diminuição da pressão sobre os remanescentes de mata nativa”.*

Conforme se observa, a pergunta não foi respondida diretamente. Entretanto, de acordo com declarações realizadas pelo representante do Poder Público e pelo representante dos Produtores, há interesse da Empresa em incentivar a produção de alguns produtos (cuja natureza não seja Florestal) junto a estes produtores, o que nos leva a entender que não houve pleno entendimento por parte do entrevistado.

Indagado se atualmente, a empresa tem expandido sua área de plantio de Eucalipto através da incorporação de novas áreas, respondeu:

*“Não, em se tratando especificamente de Belo Oriente. Sim, no contexto de um projeto de ampliação da produção de celulose, mas estas aquisições se darão, em sua maior parcela, nos outros 51 municípios onde a empresa está presente, além de estar prevista uma ampliação em novos municípios que ainda estão sendo objeto de estudos de viabilidade. Não existe a intenção de ampliação de áreas em Belo Oriente pelo fato de que a empresa considera que a presença física no município já alcançou níveis em que a política de compra de terras da empresa não recomenda novas aquisições”.*

A resposta confirma plenamente as declarações realizadas pelos outros entrevistados. Em relação à incorporação mediante compra em outros municípios, não comentaremos por fugir à alçada de nosso objeto de estudos.

Com um viés mais específico, perguntou-se se a empresa tem adquirido novas áreas de plantio mediante a compra de terras antes pertencentes aos produtores locais?

*“Não, conforme item anterior”.*

Talvez, tenha ocorrido uma sobreposição de conteúdo em relação a estas duas últimas perguntas.

Um dos pontos de maior relevo dentro desta entrevista se refere à existência de conflitos de natureza fundiária que envolva a empresa e os produtores rurais locais?

*“Não. Eventualmente alguma demanda localizada e de pequena expressão pode aparecer, mas para a solução de tais eventuais demandas existem canais oficiais de negociação, devidamente estabelecidos e identificados no contexto do sistema de gerenciamento da qualidade da empresa”.*

Apesar de reconhecer a existência de “*demanda localizada*”, mais uma vez, a declaração do representante da Empresa apresenta-se de forma consensual em relação às declarações dos demais entrevistados.

Em face da atuação da Empresa no município de Belo Oriente, perguntou-se: O Poder público, por possuir mecanismos legais para conceder ou não permissão às ações da empresa, tem conseguido se impor diante do poder e da força política deste agente, chegando a causar embaraço às ações da empresa?

*“Não; todos os aspectos relativos a ações da empresa em Belo Oriente são objeto de negociações conduzidas por canais formalmente estabelecidos; existe, inclusive, um comitê de relação com Belo Oriente, estabelecido justamente para facilitar e dar celeridade no trato de negociações com o governo municipal. O histórico do relacionamento da empresa com as comunidades de sua área de atuação, principalmente com Belo Oriente, indica que este relacionamento tem sido pautado pela cordialidade e bom senso, sempre resultando em ganhos para ambas as partes”.*

Indagado sobre qual o posicionamento da empresa em relação às questões que envolvem o desenvolvimento humano no município de Belo Oriente, respondeu-se;

*“Como indutor do crescimento econômico em sua área de atuação, a empresa entende que tem contribuído para a efetivação do desenvolvimento da região, ou seja, tem feito a sua parte no sentido de gerar recursos, inclusive, conforme já citado anteriormente, possibilitando que o município figure entre aqueles de maior renda per capita do estado. Aliado a este fato, a empresa, por meio do Instituto CENIBRA, tem ainda promovido diversas ações de apoio à cidadania, ao bem-estar coletivo, ao desenvolvimento social, ao crescimento econômico e à melhoria da qualidade de vida da população das comunidades inseridas em sua base territorial de atuação e de abrangência, bem como das empresas coligadas e controladas pela CENIBRA”.*

A resposta goza de respaldo das lideranças locais.

Quando perguntado, como a empresa contribui para a melhoria da qualidade de vida da população, a resposta é longa e será reproduzida na íntegra (sem edições), neste sentido, de acordo com os levantamentos bibliográficos e de campo por nós realizados, goza de inteiro respaldo da maioria das lideranças locais.

*“A CENIBRA contribui para a melhoria da qualidade de vida da população inserida na sua área de atuação através da geração de riquezas para os municípios, sob a forma de salários, impostos, taxas e*

*investimentos em projetos sociais e ambientais. Dentre os projetos sociais, destacam-se:”*

### **AÇÃO E CIDADANIA**

*Ação e Cidadania é um projeto de promoção social, de iniciativa da CENIBRA, em parceria com Lions Clube de Ipatinga, Prefeituras Municipais e outras instituições de serviços. Tem como público-alvo a população adulta e infantil das comunidades próximas à CENIBRA, cujos indicadores socioeconômicos sejam insatisfatórios.*

*O Projeto oferece atendimentos nas áreas de saúde, educação, cidadania, cooperação social e entretenimento infantil, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos moradores das comunidades de atuação da CENIBRA.*

### **PARCERIA AGRÍCOLA**

*Por meio de contratos de parceria rural com os municípios e sindicatos de trabalhadores rurais, a CENIBRA disponibiliza áreas de cultivo aos pequenos produtores. A orientação técnica é feita pela Empresa de Assistência Técnica Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER).*

*Atualmente, a CENIBRA mantém quatro áreas em quatro municípios (Belo Oriente, Ipaba, Santana do Paraíso e Virginópolis). São cerca de 250 ha, que beneficiam aproximadamente 300 famílias.*

*O percentual de 10%, conforme estabelece a legislação, é repassado diretamente a entidades assistenciais dos municípios.*

### **PARCERIA COM APICULTORES**

*A CENIBRA mantém contratos de parceria rural com as associações de apicultores, permitindo o acesso e uso de suas propriedades (plantios de eucalipto e florestas nativas) para instalação de apiários. O projeto possui grande significado social, econômico e ambiental, pois cria novos postos de trabalho que geram renda alternativa.*

*Do ponto de vista ambiental, os apicultores, que têm na natureza a fonte de matéria-prima, colaboram com a CENIBRA na proteção do corte ilegal de madeira nativa, caça e pesca predatória. Os apicultores têm os seus apiários com localização georeferenciada e circulam pelas áreas da empresa com crachá de identificação e selos nos veículos.*

*Atualmente, sete associações de apicultores integram o programa e 5% da produção, correspondente à parte da CENIBRA, é repassado a entidades assistenciais dos municípios. O programa conta com o apoio técnico da Empresa de Assistência Técnica Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER).*

### **SALINHAS DE INFORMÁTICA**

*A CENIBRA, por meio do Instituto CENIBRA, fez a doação de microcomputadores para entidades da região onde atua, para*

*estruturação de Salinhas de Informática. O Projeto tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, considerando a importância da informática.*

*Realizadas sobre três pilares (acesso a tecnologia, renda e educação), as ações de inclusão digital devem estimular parcerias entre governos, empresas privadas, organizações não governamentais (ONGs), escolas e universidades. Governos e empresas privadas devem atuar prioritariamente na melhoria de renda, suporte à educação bem como tornar disponíveis equipamentos à população.*

*É importante ressaltar a relevância da integração da inclusão digital aos conteúdos curriculares, a partir de um redesenho do projeto pedagógico e grade curricular atuais de ensino fundamental e médio. É pré-requisito considerá-lo também na formação de profissionais dos cursos de Pedagogia, Licenciaturas e similares.*

*Desde o início do Projeto, em 2003, o Instituto CENIBRA implantou mais de 50 Salinhas de Informática, contemplando os municípios onde a Empresa atua.*

### **MUTIRÃO DA EDUCAÇÃO**

*O Mutirão da Educação foi implantado em 1995. O Projeto contempla a distribuição gratuita de material esportivo a escolas localizadas em áreas rurais dos 52 municípios de atuação da empresa.*

### **CONSELHO EFICAZ**

*Desde 2003, o Instituto CENIBRA apóia os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente dos municípios da área de atuação da Empresa.*

*O projeto Conselho Eficaz promove a capacitação dos Conselheiros e busca fortalecer o processo de comunicação, socialização de informações e estratégias para consolidar o papel dos Conselhos no controle das políticas públicas.*

### **PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE**

*Resultado de um convênio com o Ministério do Esporte, Instituto CENIBRA e organizações da sociedade civil, chegou a 35 municípios com 15 mil inscritos.*

*O Programa tem como objetivo facilitar o acesso de pequenas comunidades ao esporte e lazer. Dentre as atividades oferecidas estão: futebol, futsal, voleibol, dança, peteca, capoeira, dama, dominó, xadrez, crochê, pintura em tecido, caminhadas, além das atividades assistemáticas, como rua de lazer, palestras sobre a importância das atividades de recreação e lazer e encontros da terceira idade.*

### **PROJETO ESCOLA DE VIDA**

*Projeto de conscientização ambiental realizado com professores de 1ª a 4ª séries das escolas localizadas nos municípios onde a CENIBRA atua. Os trabalhos são desenvolvidos em parceria com a organização não governamental Fundação Relictos, entidade ambientalista sediada em Ipatinga/MG e as Superintendências Regionais de Ensino – Pólo Vale do Aço.*

*Iniciado em 1996, visa desenvolver, em conjunto com os professores, conceitos sobre o meio ambiente e métodos de sensibilização e divulgação junto aos alunos. A decisão de trabalhar diretamente com educadores faz parte de uma estratégia de multiplicar a conscientização para um maior número de envolvidos, uma vez que, nos 52 municípios de atuação a população ultrapassa a 1 milhão de habitantes.*

*Anualmente são selecionados de 1 a 3 municípios de um dos 3 escritórios regionais da Empresa, de forma a contemplar cerca de 100 professores que participarão do treinamento ao longo do ano. O Projeto é desenvolvido em seis módulos, realizado sob a forma de seminários com carga horária de 08 horas cada, perfazendo um total de 48 horas de capacitação. Ao final do ano, cada participante recebe o certificado de conclusão do curso.*

*Além desses projetos, a Empresa realiza diversos outros trabalhos de conscientização ambiental, monitoramentos ambientais (fauna, flora e recursos hídricos) e de reabilitação de áreas degradadas.*

A entrevista com o representante da Empresa é considerada proveitosa e rica em informações.

#### **5.2.2 - Os produtores e a Empresa vistos pelo Poder público**

Antes de traçar o perfil de percepção do poder público em relação aos Produtores locais e à empresa, faz-se necessário expormos na íntegra parte do conteúdo da entrevista e, em seguida, fazermos algumas ponderações acerca de determinados elementos que compuseram o teor da entrevista.

A princípio, indagado o entrevistado<sup>15</sup> a respeito dos fatores locais que viabilizaram a implantação da CENIBRA no Município de Belo Oriente, ele é categórico ao afirmar:

*“Os fatores foram meramente físicos e técnicos; físicos por causa da proximidade com a Cachoeira Escura e técnicos por causa da descarga de*

---

<sup>15</sup> A entrevista foi realizada com Sr. Geraldo Antero de Barros Silva - Secretário de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

*efluente líquidos na cachoeira e da proximidade da rodovia e da ferrovia”.*

A então Rodovia e Ferrovia citada pelo entrevistado, referem-se à Rodovia Federal (BR 381) e a Ferrovia Vitória-Minas.

Indagado a respeito do relacionamento entre a Empresa e o Poder Público local, o entrevistado afirma que:

*“Historicamente, o poder público não se preocupou com o desenvolvimento da cidade. Preocupava-se apenas com o recurso gerado pela empresa que mantinha a elite local. Na atual gestão a empresa foi chamada a assumir responsabilidades, principalmente, quanto aos danos ambientais”.*

O entrevistado dá uma demonstração clara de que no passado, a Empresa gozava do respaldo e da anuência do Poder Público local, que de alguma forma, legitimava as práticas da Empresa que nem sempre gozavam do respaldo e da anuência da população local. Porém, atualmente, o Poder Público está mais atento e atuante em relação às práticas da Empresa.

Questionado se o Poder Público local tem conseguido oferecer estrutura (estradas, pontes, energia, etc.) necessária ao desenvolvimento das atividades implementadas pela empresa no município de Belo Oriente, obteve-se a seguinte resposta:

*“O Poder Público não oferece este tipo de serviço à empresa, a logística é cuidada pela empresa, ela constrói o que é de sua necessidade”.*

Em relação às questões ambientais, perguntou-se: As questões ambientais que envolvem a empresa e o poder público local, têm sido dirimidas “pacificamente”, sem qualquer tipo de embaraço à ação um do outro?

*“A partir de 2002 houve conflitos por causa da expansão que foi realizada na empresa. Conseqüência disto foi o fortalecimento do CODEMA, a criação do Instituto Cenibra com mais responsabilidade social e maior conscientização da população local”.*

A resposta é bastante objetiva, porém, é suficiente para revelar a existência de conflitos de interesse entre a Empresa e o Poder Público, o que não deixa de ser bastante natural.

Ao ser perguntado; Para o Poder Público, qual a influência da empresa no desenvolvimento econômico do município? Obteve-se novamente uma resposta mais que objetiva.

*“Apenas com impostos”.*

Mais precisamente: o ICMS e o IPTU<sup>16</sup>, cujas destinações estão em pela conformidade com as disposições legais do Estado e do município.

Em relação aos Produtores rurais, perguntou-se: Como se dá a relação do Poder Público com os produtores rurais?

*“A prefeitura trabalha em parceria com os produtores, oferecendo máquinas, insumo, sementes etc.”.*

Em seguida, indagou-se: O Poder Público mantém vínculos ou programas cujo foco seja atender de alguma forma os produtores rurais locais?

*“Sim. Projeto PRAIA DA MISSA<sup>17</sup>. A Cenibra cedeu uma área fértil pra plantação de milho e feijão, porém não houve um estudo social portanto o projeto esta fora do controle, a prefeitura ara a terra, planta e transporta, oferece insumos, maquinas e técnicos da Emater. Parte da produção e distribuída para entidades filantrópicas.”*

Em relação às questões de natureza fundiária, perguntou-se: Atualmente, a empresa tem adquirido novas áreas de plantio mediante a compra de terras antes pertencentes aos produtores locais?

*“Não ocorre mais aquisições de terras por parte da empresa. Os produtores são incentivados pela empresa a participar de um programa de Fomento Florestal”.*

Conforme já discutido, *“Não se pode deixar de considerar o fato de que, as ações de Fomento conduzidas pelo Estado, geraram muito mais benefícios a iniciativa privada do que propriamente aos produtores locais, afinal, as empresas agora, não precisavam adquirir mais terras para o plantio, nem tão pouco, manter um grande*

---

<sup>16</sup> ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.  
IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano.

<sup>17</sup> Por meio de contratos de parceria rural com os municípios e sindicatos de trabalhadores rurais, a CENIBRA disponibiliza áreas de cultivo aos pequenos produtores. A orientação técnica é feita pela Empresa de Assistência Técnica Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER). Atualmente, a CENIBRA mantém quatro áreas em quatro municípios (Belo Oriente, Ipaba, Santana do Paraíso e Virginópolis). são cerca de 250 ha, que beneficiam aproximadamente 300 famílias. O percentual de 10%, conforme estabelece a legislação, é repassado diretamente a entidades assistenciais dos municípios.

*número de funcionários para cuidar das plantações. Enfim, um grande negócio para as empresas.”*

Uma das questões mais importantes no que tange às questões fundiárias é a seguinte: Há conflitos de natureza fundiária que envolva a empresa e os produtores rurais locais?

A resposta foi rápida e categórica... *“Não, porque não há aquisição de terras<sup>18</sup>”*.

Perguntado sobre, qual o posicionamento do Poder público em relação às questões que envolvem a empresa e os produtores rurais locais? Respondeu:

*“Não há conflitos, apenas parcerias entre a empresa e os produtores.”*

Nesta resposta o entrevistado deu uma clara noção de que o Poder Público local não tem sido demandado a intervir ou mesmo mediar as relações entre a Empresa e os Produtores locais. Tal fato não causa grande surpresa dado o grau de organização atingido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belo Oriente.

Concluiu-se a entrevista com o seguinte questionamento: O Poder público, mesmo possuindo mecanismos legais para conceder ou não permissão às ações da empresa, tem conseguido se impor diante do poder e da força política deste agente?

Para o entrevistado;

*“Sim. A partir de 2002, a Prefeitura passou a cobrar mais e a ser mais respeitada pela empresa.”*

Ao que se percebe, o Poder Público não está alheio aos fatos que envolvem a Empresa e os Produtores Rurais. O que existe de fato, é uma preocupação em defender os interesses da população local e dentro do possível, permitir à Empresa que realize suas atividades, desde de que estas, não provoquem conseqüências indesejáveis e transtornos à população local. O Poder Público não parece ter uma visão muito positiva da Empresa no que se refere à sua preocupação com o meio ambiente. Um exemplo citado pelo próprio entrevistado, informa que a certificação ISO que a empresa possui, já está totalmente ultrapassada. Outras empresas do ramo (citou ARACRUZ) estão bem à frente da CENIBRA, porém, ele reconhece o esforço da Empresa em dar respostas à sociedade a partir do momento em que é cobrada.

---

<sup>18</sup> Entretanto, ao entrevistarmos o representante dos Produtores rurais locais, constatamos que não há, de fato, conflitos de natureza fundiária, mas há um conflito de outra natureza, que será adiante.

Contudo, pode se dizer que o Poder Público tem demonstrado uma preocupação com as questões ambientais, cumprindo seu papel sem trazer grandes embaraços às atividades da Empresa que é uma importante fonte de recursos para o município e um forte pilar da economia local.

### **5.2.5 - A empresa e o Poder público vistos pelos Produtores Rurais**

Antes de traçar o perfil de percepção dos Produtores Rurais em relação ao Poder Público e à empresa, faz-se necessário expormos na íntegra, o conteúdo da entrevista e, em seguida, fazemos algumas ponderações acerca de determinados elementos que compuseram o teor da entrevista.

Primeiramente, solicitou-se ao entrevistado<sup>19</sup> algumas informações, apenas com o objetivo de compará-las aos dados já obtidos de outras fontes (IBGE, por exemplo).

Informações como:

Quantos produtores são cadastrados junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belo Oriente? \_Desde quando estes produtores são “Sindicalizados”? \_e quais os tipos de atividades agrícolas se destacam no município no município de Belo Oriente?

De acordo com o entrevistado, são respectivamente;

*“Aproximadamente 3500. (não fizemos atualizações recentes)”.*

*“Desde 1979.”*

*“Milho, Feijão, Arroz e amendoim”,*

Perguntou-se ainda, quais as características predominantes das propriedades rurais? \_Quanto ao Tamanho? \_Quanto ao tipo de produção? E quanto ao tipo de mão-de-obra envolvida no cultivo? Respectivamente;

*“200 hectares.”*

*“Milho e feijão.”*

*“Familiar<sup>20</sup>.”*

Num segundo momento, indagou-se: Como se dá a relação dos Produtores Rurais com a empresa?

---

<sup>19</sup> A entrevista foi realizada com o Sr. José de Andrade Viana - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belo Oriente.

<sup>20</sup> Em relação à este pequeno grupo de indagações iniciais, gostaríamos apenas de reiterar que as respostas dadas pelo representante dos Produtores Rurais gozam de inteira conformidade com dados divulgados pelo IBGE.

Para o entrevistado;

*“Há uma relação boa. Uma parcela significativa participa do programa de Fomento Florestal”.*

O que em tese já era de se esperar, é que os programas de Fomento Florestal, muito mais do que renda e oportunidades para os pequenos e médios produtores e um bom negócio para as Empresas, assumiram um papel apaziguador nas relações entre estes agentes. A dúvida maior que ainda persiste, é quem se beneficia de forma mais efetiva desta relação, aparentemente tratada pelo Poder Público das diversas esferas, como, “mutualismo”.

Questionado a respeito de como se dá a relação dos Produtores Rurais com o Poder Público?

O entrevistado responde:

*“Parceria. A Prefeitura oferece auxílio técnico, sementes, insumos, máquinas e colheita”.*

...neste sentido, o Poder Público mantém vínculos ou programas cujo foco seja atender de alguma forma os produtores rurais locais?

Resposta;

*“Além do que já foi colocado, destaco o Programa Praia da Missa, onde 50% da produção fica com o produtor, 40% com prefeitura e 10% com a CENIBRA (doado a instituições)”.*

Perguntado se há algum tipo de produto ou cultura que o Poder Público se interesse em incentivar a produção junto a estes produtores rurais?

O entrevistado responde;

*“Milho, feijão, arroz e hortaliças, mas ainda não deram condições suficientes para os produtores”.*

Interessante esta resposta, porque ela dá claros sinais de que há um interesse por parte do Poder Público em incentivar a produção de determinadas culturas agrícolas, mas parece haver, talvez, um desencontro quanto à forma de concretização destes objetivos.

Quando perguntado se há algum tipo de produto ou cultura que a Empresa se interesse em incentivar a produção junto a estes produtores rurais, a resposta é objetiva:

*“As mesmas da prefeitura”.*

Esta resposta demonstra que de fato, há uma sintonia entre o Poder público local e a Empresa.

Ambos demonstram com essa atitude, reconhecerem a importância e os benefícios para a economia local, e, sobretudo, para a população de baixa renda, do incentivo a implementação destas culturas agrícolas.

Todavia, é de suma importância que as ações para a implementação destas culturas, não fiquem restritas apenas a projetos e “cartas de boas intenções”. É preciso ações efetivas, e ao que parece, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belo Oriente está disposto a se mobilizar com vistas à concretização destas propostas.

Quando perguntado, para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belo Oriente, qual a influência da empresa no desenvolvimento econômico do município?

A resposta é exageradamente direta e objetiva.

*“Possui muita importância na assistência com recursos”.*

Realmente, é unânime a importância econômica da empresa para o município de Belo Oriente. E mais importante ainda, é frisar este ponto, afinal, trata-se de um empreendimento, e como tal, gera conseqüências (impactos), ora positivos, ora negativos. É aí que entra o Poder público, que com seu poder regulador e fiscalizador, deve, obrigatoriamente, atuar de forma a mediar na exata medida do necessário, as ações da Empresa e os interesses da coletividade.

Quando perguntado se a empresa tem adquirido novas áreas de plantio mediante a compra de terras antes pertencentes aos produtores locais, resposta é imediata e não surpreende.

*“Não há aquisição de terras em Belo Oriente”.*

O que surpreende de fato é quando o entrevistado é perguntado se há conflitos de natureza fundiária que envolva os produtores rurais locais e a empresa.

*“Não, o conflito que ocorre é devido ao agrotóxico utilizado pela empresa em suas plantações que os produtores não concordam com isso”.*

Apesar de confirmar a inexistência de conflitos de natureza fundiária, o entrevistado aponta a existência de um conflito de outra natureza. Um conflito não conhecido ou não citado pelo Poder público. Trata-se da insatisfação dos Produtores Rurais locais com o uso considerado demasiado de defensivos químicos em plantações pertencentes à empresa. Por outro lado, esta informação demonstra que há por parte dos Produtores, uma preocupação quanto ao uso responsável dos defensivos químicas na agricultura.

Perguntado a respeito do posicionamento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belo Oriente em relação às questões que envolvem a empresa e o Poder Público, respondeu-se:

*“O sindicato possui o apoio dos dois órgãos e se não envolve nas questões urbanas”.*

A resposta é, por nós, considerada extremamente coerente. Todavia, esta coerência não pode, jamais, ser confundida com inércia ou omissão, até porque, estas condutas não representam em nada o perfil das lideranças que representam os produtores rurais de Belo Oriente.

Concluiu-se a entrevista perguntando: para o Sindicato dos Produtores Rurais de Belo Oriente, o Poder público, mesmo possuindo mecanismos legais para conceder ou não permissão às ações da empresa, tem conseguido se impor diante do poder e da força política deste agente?

*“Sim, em algumas coisas que a CENIBRA tem solicitado, não tem sido atendida, porém, alguns produtos doados pela empresa que poderiam trazer benefícios aos produtores também não tem sido utilizados para tal fim”.*

A resposta veio a contribuir, afinal, confirma a o posicionamento mais atuante por parte do Poder Público em relação às ações da Empresa. Porém, revela que, paralelo ao posicionamento firme adotado pelo Poder Público, decorrem situações que vão de encontro aos interesses dos Produtores rurais de Belo Oriente.

#### **5.2.6 - Empresa, Poder Público e Sindicato Rural; considerações a cerca dos pontos conflitantes.**

Neste item pretende-se fazer algumas ponderações acerca dos pontos e opiniões expostos pelos representantes da Empresa, do Poder público e dos Produtores rurais, que de alguma forma se posicionaram de maneira conflitante e ou contraditória sobre indagações referentes aos mesmos temas ou assuntos.

Primeiramente, destacamos o posicionamento de cada representante segundo nossa percepção e com base no teor das entrevistas.

Em relação ao representante da Empresa, poderíamos definir o seu posicionamento como, sendo de certa forma, político e discreto frente às questões polêmicas. Por outro lado, sempre evitando críticas descabidas ou elogios infundados,

os representantes do Poder público e dos Produtores rurais, não evitaram atacar questões polêmicas ou que gerasse um desconforto à Empresa ou a eles próprios.

A primeira questão não consensual referente à entrevista aplicada aos representantes, que poderíamos destacar como merecedora de uma análise específica se refere à existência de conflitos de interesse entre a Empresa e o Poder Público: Enquanto para o representante da Empresa a relação se dá *"De uma forma normal e compatível com o porte do empreendimento"*, para o representante do Poder Público:

*"A partir de 2002 houve conflitos por causa da expansão que foi realizada na empresa. Conseqüência disto foi o fortalecimento do CODEMA, a criação do Instituto Cenibra com mais responsabilidade social e maior conscientização da população local"*.

Infelizmente, a resposta do representante da Empresa, não nos permite identificar o alcance do significado das palavras "normal" e "compatível", enquanto as palavras do representante do Poder Público evidenciam a existência de uma demanda já superada pelas partes.

Outro ponto relevante refere-se a como se dá a relação da empresa com os Produtores Rurais locais, em que o entrevistado respondeu:

*"A relação da Empresa com os produtores rurais é pacífica e para propiciar uma aproximação e diálogo entre as partes, a CENIBRA desenvolve o Projeto Vizinho Legal, que visa estabelecer um mecanismo corporativo de integração entre a Empresa, proprietários rurais vizinhos e participantes do Programa de Fomento Florestal"*.

Não se pode negar a existência e o alcance do projeto "Vizinho Legal", porém, vejamos o que respondeu o representante dos Produtores rurais quando perguntado da existência de conflitos de natureza fundiária que envolva os produtores rurais locais e a empresa, obtendo-se a seguinte resposta: *"Não, o conflito que ocorre é devido ao agrotóxico utilizado pela empresa em suas plantações que os produtores não concordam com isso"*. Esta resposta também vai de encontro à outra afirmação defendida pelo representante da empresa, de que:

*"O histórico do relacionamento da empresa com as comunidades de sua área de atuação, principalmente com Belo Oriente, indica que este relacionamento tem sido pautado pela cordialidade e bom senso [...]"*.

Em suma, não há conflitos de natureza fundiária, mas ainda há questões a serem colocadas em evidência pelas partes e posteriormente serem dirimidas através de canais abertos de diálogo e comunicação.

Outro ponto por nós levantado, diz respeito ao fato de o poder público local tem conseguido oferecer estrutura (estradas, pontes, energia, etc.) necessária ao desenvolvimento das atividades implementadas pela empresa no município de Belo Oriente. De acordo com o entrevistado: *“Sim, dentro de suas possibilidades”*, para o representante do Poder Público: *“O Poder Público não oferece este tipo de serviço à empresa, a logística é cuidada pela empresa, ela constrói o que é de sua necessidade”*.

É interessante observarmos o recorte histórico exposto pelo entrevistado ao dizer que:

*“A CENIBRA participou, e ainda participa, de quase todas as reuniões ordinárias desse conselho desde sua criação, a quase dez anos, e é respeitada e reconhecida como uma importante contribuidora para a questão ambiental do município”*.

Este ponto é interessante e ganha relevo ao ser confrontado com a afirmativa colocada pelo representante do Poder público quando questionado a respeito de se o Poder público, mesmo possuindo mecanismos legais para conceder ou não permissão às ações da empresa, tem conseguido se impor diante do poder e da força política deste agente? A resposta foi: *“Sim. A partir de 2002, a Prefeitura passou a cobrar mais e a ser mais respeitada pela empresa”*. Poderíamos concluir que antes de 2002, ao contrário da declaração do representante da Empresa, a Prefeitura local não era respeitada? Ou, Não se dava ao respeito?

Estes são alguns dos pontos que gostaríamos de tratar com um pouco mais de cuidados. Eles revelam que é preciso estreitar ainda mais os canais de diálogo e negociação entre as lideranças locais e a Empresa. Todos demonstraram plena noção da importância de seu papel junto ao município de Belo Oriente e todos têm a consciência da sua capacidade de atuação naquele espaço.

## CONCLUSÃO

Respalado por levantamentos bibliográficos, pesquisas documentais e investigações em campo, fazemos algumas ponderações, que buscam discutir questões levantadas acerca da temática proposta e contribuir de alguma maneira, para o enriquecimento das discussões acerca das alterações sócio-espaciais decorrentes da implantação de uma grande empresa de base florestal em um pequeno município.

Constatou-se a partir das leituras acerca do tema proposto, das pesquisas documentais e das investigações em campo, que a expansão das plantações com fins industriais no município de Belo Oriente, criou e vem mantendo determinadas alterações, das quais podemos destacar em primeiro lugar, a diminuição do espaço antes existente para as atividades de subsistência; é notório o avanço das atividades florestais no município e de acordo com representantes do Poder público e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belo Oriente, a agricultura de subsistência, bem como a produção de alimentos voltada ao abastecimento da demanda local, hoje, só tem alcançado certos avanços, por incentivos e parcerias entre os produtores e Poder Público, este, oferecendo auxílio técnico, sementes, insumos, máquinas e colheita.

Historicamente, o avanço das atividades florestais promoveu uma diminuição das possibilidades de criação de emprego no campo para aquela população que perdeu a terra, muitas das vezes, para as próprias empresas reflorestadoras. Hoje, em Belo Oriente, não há mais a aquisição de terras por parte da CENIBRA, e um dos grandes responsáveis por esta conduta da empresa, sem dúvida, é o sucesso do Programa de fomento florestal, que conta com o apoio e a anuência do Governo Estadual.

Em relação às alterações na dinâmica populacional do município de Belo Oriente a partir da implantação da CENIBRA, apurou-se que não houve um processo migratório externo ao município. E a explicação para esta afirmação é de certa forma, bastante simples. Nos primeiros anos da instalação da CENIBRA no município de Belo Oriente, o vale do aço já vivia grandes transformações e várias outras cidades atuavam regionalmente como pólo atrativo dando ensejo à ocorrência de movimentos migratórios. No caso específico de Belo Oriente, o que ocorreu foi um movimento migratório interno ao município, o chamado êxodo rural, auxiliado, ao longo do tempo, pelo ideal de melhoria das condições de vida na cidade, pelos empregos oferecidos pela empresa e, como fator de repulsão, à aquisição de terras anteriormente praticada pela empresa. Outro fato interessante diz respeito à inserção de uma nova classe na estratificação social local; os operários.

Buscou-se também, informações para que pudéssemos diagnosticar as ações do governo federal para viabilizar infra-estrutura urbana, que porventura, tenha possibilitado à CENIBRA sua realização e reprodução. Entretanto, trataremos aqui, somente as ações mais recentes do governo federal, que de alguma forma, beneficiaram a empresa no desenvolvimento de suas atividades, neste caso, a duplicação da BR 381 em um trecho próximo à empresa e construção do trevo de acesso à rodovia estadual que liga a BR 381 à cidade de Belo Oriente.

Quanto à identificação e análise dos fatores que levaram à instalação da CENIBRA no município de Belo Oriente, destaca-se a disponibilidade de terras, a existência da ferrovia Minas-Vitória, a existência de uma infra-estrutura criada para a implantação da USIMINAS e de outros empreendimentos siderúrgicos na região nas décadas anteriores, a existência de rodovias na região (BRs 381, 262, 116), e a existência de uma fonte de água com volume compatível com um empreendimento de produção de celulose (no caso o Rio Doce).”

Quanto ao fato de, haver ou não, modificações significativas no que se refere à estrutura fundiária do município a partir da instalação da empresa, verificou-se que quando da instalação da empresa, já existia um desequilíbrio, uma irregularidade no padrão de distribuição das terras. Existia uma forte concentração de terras que, de acordo com dados do IBGE (2003) por nós analisados, agravou-se ainda mais.

Ao analisar a influência da empresa no desenvolvimento econômico do município, constatou-se uma unanimidade de opiniões de lideranças locais, que vêem a empresa como um agente fundamental e essencial ao desenvolvimento local. De fato, os impostos gerados pela empresa exorbitam valores consideráveis, e se bem geridos, permitirão aos administradores locais melhorar cada vez mais os índices de desenvolvimento humano no município.

Um outro objetivo por nós perseguido, era o de constatar a presença de conflitos entre os interesses locais e os interesses da CENIBRA. Este ponto requer maiores cuidados, afinal, devemos tomar como referência para esta análise o contexto recente e o atual. De acordo com nossos estudos, não se constatou nenhuma presença de conflitos entre os interesses locais, entendidos como interesses do Poder público e dos Produtores Rurais, e os interesses da CENIBRA. O que se constatou foram demandas, que pelo grau de consciência e de diálogo pelos canais legais de negociação entre as partes, não merecem a forte denominação de conflitos. As demandas da Empresa para com o Poder Público, desde o ano de 2002, têm sido dirimidas à medida que o Poder Público se

impõe efetivamente, o que não afasta, sob o ponto de vista do Poder público, a necessidade de a Empresa alcançar maiores avanços nas questões de natureza ambiental. Um exemplo citado pelo próprio entrevistado<sup>21</sup>, revela que a certificação ISO que a empresa possui, já está totalmente ultrapassada. Outras empresas do ramo (citou ARACRUZ) estão bem à frente da CENIBRA, porém, ele reconhece o esforço da Empresa em dar respostas à sociedade a partir do momento em que é cobrada.

Contudo, de forma geral, percebe-se que a instalação de grandes empresas tem levado a uma apropriação do espaço cada vez mais efetiva e, à medida que se dá a implantação destes grandes projetos industriais, acaba por ocasionar uma série de transformações de ordem espacial, econômica e também social, e sendo responsável em maior ou menor grau pela alteração da dinâmica dos municípios onde são instalados, promovendo uma reorganização do espaço.

Não se pode desconsiderar a ação do Estado brasileiro, que tem sido um importante agente na reprodução do capital à medida que age espacialmente de modo desigual dando o suporte necessário para sustentar e reproduzir a grande empresa, muitas vezes, em detrimento dos interesses sociais.

Todo este contexto acaba por configurar mudanças ocorridas no modo de vida das populações “atingidas” por estes grandes empreendimentos. De acordo com Dias (2001), vários são os problemas ocasionados e seus desdobramentos, por exemplo em favelização, marginalidade de parcela da população e o aumento da violência nestes locais. Não é o caso de Belo Oriente, porém, estas questões expõem as transformações que acontecem a partir da interferência de grandes projetos da área florestal voltados para a produção de celulose na estrutura socioeconômica e sociocultural da região onde são instaladas.

Em suma, qualquer atividade que venha a se instalar em determinado local tende a alterar em maior ou menor grau, a dinâmica habitual deste local. É preciso que o Poder Público fique atento a essas mudanças e não permitam que estas, gerem impactos negativos à qualidade de vida da população. Crescer e desenvolver é preciso. Não estamos aqui, vedando a implantação de qualquer empreendimento em local algum, muito menos defendendo uma condição de vida incompatível com os avanços sociais e tecnológicos alcançados pela sociedade brasileira. Apenas queremos afirmar que estes empreendimentos devem ser encarados como um veículo, que através de impostos e

---

<sup>21</sup> Representante do Poder público local.

parcerias, e aliado a atuação efetiva do Poder Público, pode promover o avanço gradativo nos índices de desenvolvimento humano e da qualidade de vida da população, até porque, o Poder Público possui condições legais para atuar legitimamente sobre esta proposta e goza do apoio das exigências de mercado<sup>22</sup> para concretização deste objetivo.

Em suma, O que propomos na decorrer deste trabalho, é a implantação responsável das atividades produtivas num contexto territorial qualquer. Esta implantação responsável pauta-se no respeito às práticas sociais tradicionais e ao meio ambiente, cabendo ao Poder público o papel de prestador dos serviços públicos essenciais e de regulador das atividades produtivas realizadas pela iniciativa privada, além de gerenciador dos recursos públicos com vistas à concretização dos interesses da coletividade.

---

<sup>22</sup> O mercado, cada vez mais, tem exigido que as empresas respeitem as relações de trabalho, o meio ambiente e o relacionamento harmônico com as comunidades locais.

## 7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, E. N. **O eucalipto e suas aplicações**. São Paulo. Typ. Brasil de Rothschild & Cia, 1928, 143 p.

BRITO, A. R. M. & BRITO, A. A. S. **Forts years do Brazilian medicinal plant research, journal of ethnopharmacology**, v 39, p 53 – 67. 1993.

CAMARA, I. G. **Plano de ação para a Mata Atlântica**. São Paulo. Ed. Integração, 1991. .

CENIBRA. **Plano de manejo florestal**. Resumo público. Versão 2 – Belo Oriente, 2006, 103 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7.ed. São Paulo: Ática, 2002. p.51-84.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Territorialidade e corporação: um exemplo**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A; SILVEIRA, Maria Laura. (Org). *Território Globalização e Fragmentação*. 5 edição. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 251-256.

DIAS, Noilton Jorge. **Os impactos da moderna indústria no extremo sul da Bahia: expectativas e frustrações**. Disponível em: <<http://scholar.google.com.br>>. Acesso em: 04 jul. 2006.

FONSECA, G. A. B. **The vanishing Brazilian Atlantic Forest. Biological Conservation**. V. 34, n. 1,p. 17 – 340. 1995.

GUERRA, C. *Meio ambiente e trabalho no mundo do eucalipto*. 2ª edição. Belo Horizonte. Agência terra. 1995. 143 p.

IBGE. **Censo Agropecuário de 1950, 1970, 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 Jun. 2007.

IBGE. **Censos Demográficos de 1950, 1970, 1991 e 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em: 06 Jun. 2007.

MARTINS, Vânia Guimarães da Silva. **Influência do reflorestamento com eucalipto na qualidade de vida dos produtores de Belo Oriente e Mesquita, Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado em Meio ambiente e sustentabilidade, Centro Universitário de Caratinga, Dezembro de 2006. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.unec.edu.br/bdtdunec/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=15](http://bibliotecadigital.unec.edu.br/bdtdunec/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=15)> Acesso em: 11 Set. 2008.

GONSALVES; M T. **Grande Empresa, Território e Sociedade Rural: uma leitura sobre impactos sociais de um grande projeto florestal em Minas Gerais, Brasil**. Disponível em: <<http://scholar.google.com.br>> Acesso em: 07 Set. 2008.

PIQUET, Rosélia. **Cidade Empresa presença na paisagem urbana brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p.31-41.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993. p.99-115

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 289-307.

## ANEXO I:

### **ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM REPRESENTANTES DA EMPRESA COM O OBJETIVO DE IDENTIFICAR E ANALISAR A RELAÇÃO DA EMPRESA COM O PODER PÚBLICO LOCAL E COM OS PRODUTORES RURAIS.**

**1\_** Quais os fatores locais que viabilizaram a implantação da CENIBRA no Município de Belo Oriente?

Incentivos fiscais? Quais?

Fatores de naturais como: solo, relevo e/ou disponibilidade de qualquer outro recurso natural?

**2\_** Existiram outras condições, do ponto de vista da logística de produção e circulação/distribuição de mercadorias, que influenciaram e/ou contribuíram de forma efetiva para a instalação da empresa no município de Belo Oriente?

**3\_** É possível diagnosticarmos as ações do governo Federal para viabilizar infra-estrutura urbana à cidade de Belo Oriente ou mesmo à região circunvizinha, que possibilitassem à CENIBRA sua instalação nesta cidade?

**4\_** Como se dá a relação da empresa com o poder público local?

**5\_** Como se dá a relação da empresa com os Produtores Rurais locais?

**6\_** Em relação aos impostos gerados ao município:

Valores:

Destinação provável:

**7\_** O poder público local tem conseguido oferecer estrutura (estradas, pontes, energia, etc.) necessária ao desenvolvimento das atividades implementadas pela empresa no município de Belo Oriente?

**8\_** As questões ambientais que envolvem a empresa e o poder público local tem sido dirimidas “pacificamente”, sem qualquer tipo de embaraço à ação um do outro?

**9\_** Para a empresa, qual a influência exercida por ela no desenvolvimento econômico do município?

**10\_** A empresa mantém vínculos ou programas cujo foco seja atender de alguma forma os produtores rurais locais?

**11\_** Há algum tipo de produto que a empresa se interesse em incentivar a produção junto a estes produtores rurais?

**12\_** Atualmente, a empresa tem expandido sua área de plantio de Eucalipto através da incorporação de novas áreas?

13\_ A empresa tem adquirido novas áreas de plantio mediante a compra de terras antes pertencentes aos produtores locais?

14\_ Há conflitos de natureza fundiária que envolva a empresa e os produtores rurais locais?

15\_ O Poder público, por possuir mecanismos legais para conceder ou não permissão às ações da empresa, tem conseguido se impor diante do poder e da força política deste agente, chegando a causar embaraço às ações da empresa?

16\_ Qual o posicionamento da empresa em relação às questões que envolvem o desenvolvimento humano no município de Belo Oriente?

17\_ Como a empresa contribui para a melhoria da qualidade de vida da população?

**ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO LOCAL COM O OBJETIVO DE IDENTIFICAR E ANALISAR A RELAÇÃO DESTE PODER PÚBLICO LOCAL COM A EMPRESA E COM OS PRODUTORES RURAIS.**

1\_ Quais os fatores locais que viabilizaram a implantação da CENIBRA no Município de Belo Oriente?

Incentivos fiscais? Quais?

Fatores de naturais como: solo, relevo e/ou disponibilidade de qualquer outro recurso natural?

2\_ Existiram outras condições, do ponto de vista da logística de produção e circulação de mercadorias, que influenciaram e/ou contribuíram de forma efetiva para a instalação da empresa no município de Belo Oriente?

3\_ É possível diagnosticarmos as ações do governo Federal para viabilizar infra-estrutura urbana à cidade de Belo Oriente ou mesmo à região circunvizinha, que possibilitassem à CENIBRA sua instalação nesta cidade?

4\_ Como se dá a relação do poder público local com a empresa?

5\_ Em relação aos impostos gerados ao município:

Valores:

Destinação provável:

6\_ O poder público local tem conseguido oferecer estrutura (estradas, pontes, energia, etc.) necessária ao desenvolvimento das atividades implementadas pela empresa no município de Belo Oriente?

7\_ As questões ambientais que envolvem a empresa e o poder público local tem sido dirimidas “pacificamente”, sem qualquer tipo de embaraço à ação um do outro?

8\_ Para o Poder Público, qual a influência da empresa no desenvolvimento econômico do município?

9\_ Como se dá a relação do Poder Público com os produtores rurais?

10\_ O Poder Público mantém vínculos ou programas cujo foco seja atender de alguma forma os produtores rurais locais?

11\_ Há algum tipo de produto ou cultura que Poder Público se interesse em incentivar a produção junto a estes produtores rurais?

12\_ Atualmente, a empresa tem adquirido novas áreas de plantio mediante a compra de terras antes pertencentes aos produtores locais?

13\_ Há conflitos de natureza fundiária que envolva a empresa e os produtores rurais locais?

14\_ Qual o posicionamento do Poder público em relação às questões que envolvem a empresa e os produtores rurais locais?

15\_ O Poder público, mesmo possuindo mecanismos legais para conceder ou não permissão às ações da empresa, tem conseguido se impor diante do poder e da força política deste agente?

**ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM REPRESENTANTES DOS  
PRODUTORES RURAIS LOCAIS COM O OBJETIVO DE IDENTIFICAR E  
ANALISAR A RELAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS COM O PODER  
PÚBLICO LOCAL E COM A EMPRESA.**

1\_ Quantos produtores são cadastrados junto ao Sindicato dos Produtores Rurais de Belo Oriente?

2\_ Desde quando estes produtores são “Sindicalizados”?

3\_ Quais os tipos de atividades agrícolas se destacam no município no município de Belo Oriente?

4\_ Quais as características predominantes das propriedades rurais?

Quanto Ao Tamanho:

Quanto ao tipo de produção:

Quanto ao tipo de mão-de-obra envolvida no cultivo:

5\_ Como se dá a relação dos Produtores Rurais com a empresa?

6\_ Como se dá a relação dos Produtores Rurais com o Poder Público?

7\_ O Poder Público mantém vínculos ou programas cujo foco seja atender de alguma forma os produtores rurais locais?

8\_ A empresa mantém vínculos ou programas cujo foco seja atender de alguma forma os produtores rurais locais?

**9\_** Há algum tipo de produto ou cultura que Poder Público se interesse em incentivar a produção junto a estes produtores rurais?

**10\_** Há algum tipo de produto ou cultura que a empresa se interesse em incentivar a produção junto a estes produtores rurais?

**11\_** Para o Sindicato dos Produtores Rurais de Belo Oriente (ou entidade que lhe faça as vezes), qual a influência da empresa no desenvolvimento econômico do município?

**12\_** A empresa tem adquirido novas áreas de plantio mediante a compra de terras antes pertencentes aos produtores locais?

**13\_** Há conflitos de natureza fundiária que envolva os produtores rurais locais e a empresa?

**14\_** Qual o posicionamento do Sindicato dos Produtores Rurais (ou da entidade que lhe faça as vezes) de Belo Oriente em relação às questões que envolvem a empresa e Poder Público?

**15\_** Para o Sindicato dos Produtores Rurais de Belo Oriente, o Poder público, mesmo possuindo mecanismos legais para conceder ou não permissão às ações da empresa, tem conseguido se impor diante do poder e da força política deste agente?